

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MURILO HENRIQUE FEUZER DOS SANTOS

ESPORTE E DIPLOMACIA: Estudo de caso do Brasil durante o governo Lula

FLORIANÓPOLIS

2016

MURILO HENRIQUE FEUZER DOS SANTOS

ESPORTE E DIPLOMACIA:

Estudo de caso do Brasil durante o Governo Lula

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador (a): Iara Costa Leite

FLORIANÓPOLIS

2016

MURILO HENRIQUE FEUZER DOS SANTOS

ESPORTE E DIPLOMACIA: Estudo de caso do Brasil durante o Governo Lula

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a média de 9,5, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo relacionados.

Florianópolis, 01 de Dezembro de 2016

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a. Iara Costa Leite - Orientadora

Prof. Me. Jonathan Raphael Vieira da Rosa

Dr^a. Melissa Pomeroy

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais, Celso Maurício dos Santos e Elenice Feuzer, e a toda minha família, os quais são responsáveis pela minha criação, que me orientaram para tomar decisões importantes em minha vida e que estiveram presentes em todos os momentos que precisei de apoio.

Aos professores e coordenação do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, por participarem diretamente da minha formação, por compartilharem seus conhecimentos diariamente, não medindo esforços para sanar dúvidas, buscando sempre a excelência para nosso curso e da instituição. Em especial, agradeço a minha orientadora Iara Costa Leite, por me guiar nesta etapa final do curso, com correções e incentivos, cedendo seu concorrido tempo para que este trabalho se tornasse possível.

Agradeço também a minha namorada Karine Testa, que esteve ao meu lado em todas as ocasiões, compartilhando não só bons momentos, mas me dando suporte nas dificuldades enfrentadas durante esta importante parte da minha vida.

Aos meus amigos e servidores da instituição, os quais também participaram direta ou indiretamente da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar a utilização do esporte como ferramenta diplomática, apresentando seus propósitos, atores e formas, a partir do estudo do caso brasileiro, em sua intensificação durante o Governo Lula (2003-2010). O trabalho foi elaborado com base em conceitos e abordagens teóricas relacionados com o tema: a diplomacia, o *soft power* e a cooperação técnica para o desenvolvimento. Após a apresentação destes, o trabalho mostra as interfaces do esporte com as relações internacionais, demonstrando através de casos concretos as formas por meio das quais o esporte é utilizado como ferramenta diplomática. Por fim, é apresentado o estudo de caso brasileiro durante o Governo Lula, quando o uso do esporte como instrumento da diplomacia foi intitulado “diplomacia da bola”. Conclui-se que foram utilizados dois principais mecanismos para conquistar espaço no sistema internacional através do esporte: primeiramente, a busca pela organização de megaeventos esportivos no país, realizando dois dos maiores da atualidade, a Copa do Mundo de Futebol FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016); e em segundo lugar, o governo brasileiro utilizou da cooperação desportiva como meio para aproximação com países em desenvolvimento e para adquirir conhecimento dos países desenvolvidos para a realização de megaeventos esportivos. O presente trabalho será um estudo exploratório. Assim, não se busca a identificação de causas, mas trata-se de uma preparação para um possível trabalho explicativo. A coleta de dados se dará majoritariamente através da revisão de literatura. Também foi realizada uma sistematização dos atos brasileiros em cooperação desportiva, a qual é a principal contribuição deste trabalho para a área de estudo.

Palavras-chave: Diplomacia esportiva. *Soft power*. Cooperação desportiva. Brasil. Governo Lula.

ABSTRACT

This work aims to study the use of sport as a tool of diplomacy, presenting its purposes, actors and forms, from the study of the Brazilian case, in its intensification during the Lula Government (2003-2010). The work was based on concepts and theoretical approaches related to the theme: diplomacy, soft power and technical cooperation for development. After this, the work shows the interfaces between sport and international relations, demonstrating through concrete cases the ways in which sport is used as a diplomatic tool. Finally, the Brazilian case study is presented during the Lula Government, where the use of sport as a tool of diplomacy was titled "*diplomacia da bola*". It was concluded that two main mechanisms were used to gain space in the international system through sports: firstly, the pursuit for organizing mega sport events in Brazil, performing two of today's the most important games: the FIFA World Cup (2014) and the Olympic and Paralympic Games (2016); And secondly, the Brazilian government used sports cooperation as a means of approaching with developing countries and getting knowledge to hosting mega sport events. The present work will be an exploratory study, thus, no identification of causes is sought, but it is a preparation for a possible explanatory work. Data collection will take place mainly through literature review. Finally, a systematization of the Brazilian acts in sports cooperation is presented, which is the main contribution of this work to the study area.

Keywords: Sports diplomacy. Soft power. Sports cooperation. Brazil. Lula Government.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Atuação presidencial em política externa | 50 |
| Figura 2 – Número de atos bilaterais em cooperação desportiva do Brasil por ano | 62 |
| Figura 3 – Atos bilaterais da cooperação desportiva brasileira por continente..... | 62 |
| Figura 4 – Tipos de atos da cooperação desportiva brasileira..... | 64 |
| Figura 5 – Divisão dos atos em cooperação desportiva brasileira por interesse | 67 |

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Quadro de medalhas dos EUA e URSS nas Olimpíadas durante a Guerra Fria.....41

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Os sete motivos para a ligação entre o esporte e a diplomacia..... | 19 |
| Quadro 2 – Periodização da evolução da cooperação para o desenvolvimento. | 26 |
| Quadro 3 – Menções do ex-presidente Lula sobre os megaeventos esportivos no Brasil..... | 59 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 UMA PERSPECTIVA TEÓRICA SOBRE O PAPEL DO ESPORTE NA POLÍTICA EXTERNA..... | 15 |
| 1.1 DIPLOMACIA: CONCEITOS, TRANSFORMAÇÃO E O PAPEL DO ESPORTE..... | 16 |
| 1.2 SOFT POWER | 20 |
| 1.3 COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA O DESENVOLVIMENTO | 24 |
| 1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 30 |
| 2 INTERFACES ENTRE O ESPORTE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 33 |
| 2.1 O MOVIMENTO OLÍMPICO NA IDADE MODERNA | 34 |
| 2.2 ESPORTE E SEU USO POLÍTICO | 37 |
| 2.2.1 Esporte como ferramenta de aproximação e identidade das nações | 37 |
| 2.2.2 Esporte como ferramenta para afirmação das diferenças..... | 39 |
| 2.3 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E SUAS OPORTUNIDADES | 44 |
| 2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 46 |
| 3 DIPLOMACIA E ESPORTE NO BRASIL DURANTE O GOVERNO LULA | 48 |
| 3.1 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO GOVERNO LULA..... | 49 |
| 3.2 DIPLOMACIA DA BOLA | 54 |
| 3.3 O BRASIL E OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS..... | 56 |
| 3.4 SISTEMATIZAÇÃO DOS ATOS INTERNACIONAIS DA COOPERAÇÃO DESPORTIVA BRASILEIRA..... | 61 |
| 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 68 |
| CONCLUSÃO..... | 70 |
| REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS | 75 |

INTRODUÇÃO

O esporte exerce papel de destaque dentro das sociedades, pois possui relevância como fator cultural, função social, gerência estatal e promoção internacional. O esporte representa a grande habilidade de reforçar a identidade nacional, criar disciplina e unir pessoas e nações, e vem sendo cada vez mais utilizado como instrumento diplomático, por representar um excelente mecanismo para projeção e inserção de países no cenário internacional, atração de investimentos e exercício da cooperação com outras nações.

Um bom exemplo de como o esporte pode ser utilizado como ferramenta diplomática é através da oportunidade de realização de megaeventos esportivos, pelos quais os países-sede podem adquirir grande visibilidade mundial e atrair o foco da mídia internacional. Tais eventos são, também, instrumentos de promoção de paz e cooperação, pois representam oportunidades de desenvolvimento e de inclusão social, além de contribuírem no combate à discriminação racial, étnica e de gênero.

O esporte pode representar aproximações e cooperação entre países entre os quais dificilmente se pudesse imaginar tal contato. Por exemplo, uma alteração da geopolítica internacional do século XX, a reaproximação entre a China e os Estados Unidos, teve início com um jogo de tênis de mesa, sendo conhecida como a "Diplomacia do Ping-Pong". Outro bom exemplo do esporte como recurso da diplomacia se demonstra na disputa entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética, os quais possuem um histórico de uso governamental e manipulação do esporte para usos diplomáticos. Ambos utilizaram do esporte como ferramenta na rivalidade ideológica, como meio de atrair países para os respectivos campos e de fortalecer vínculos com seus aliados.

O esporte é considerado uma ferramenta de *soft power*, e materializa-se por meio da cooperação desportiva nas áreas de capacitação técnica e de difusão de programas sociais, na aproximação dos Estados através de acordos internacionais, da organização e realização de megaeventos esportivos internacionais, tais quais Olimpíadas e Copa do Mundo de Futebol FIFA, parcerias com organizações internacionais para promoção do esporte, no apelo social da importância do esporte na sociedade. Em outras palavras, através do esporte é possível transmitir e projetar uma imagem positiva e assertiva de um país no âmbito internacional, pois atrai o foco da mídia internacional e conseqüentemente resulta em visibilidade mundial.

Tal relevância do esporte, como gerador de benefícios econômicos, sociais, educacionais, culturais e de propaganda aos países, também foi percebido e praticado pelo Brasil. Segundo o Itamaraty (2016), “por criar laços com outras nações e contribuir para a

projeção da imagem do Brasil, o esporte é um instrumento de política externa”. Destaca-se, nesse sentido, o governo de Lula da Silva (2003-2010), durante o qual o exercício da política externa baseou-se na defesa dos interesses brasileiros no sistema internacional de forma mais assertiva, consolidando uma política externa mais afirmativa. Nesse governo, entre outros mecanismos, o esporte foi um importante instrumento para a efetivação da política externa brasileira, dentro da ideia pilar no governo Lula de expressar maior protagonismo no cenário mundial para afastar-se da vulnerabilidade externa de um sistema internacional unipolar.

No Governo Lula da Silva notou-se uma nítida intensificação do esporte como ferramenta da diplomacia brasileira. Já no início de seu governo, em 2004, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) foi convocada por Lula a participar em Porto Príncipe de uma partida amistosa entre as Seleções do Brasil e do Haiti, denominada “Jogo da Paz”. Com a partida, buscava-se mostrar, não só para os haitianos, que o governo brasileiro estava decididamente disposto a cooperar de forma ativa para a evolução da situação de crise política no Haiti.

A partir de 2003, o Brasil passou a firmar diversos acordos com países em desenvolvimento na área de cooperação desportiva, buscando aproximação com estes, além de aprendizado para a realização de megaeventos esportivos. Além destes acordos, o Brasil buscou a candidatura para sediar as Olimpíadas e Paraolimpíadas (2016) e a Copa do Mundo de Futebol FIFA (2014), entre outros eventos esportivos. A relevância do esporte como ferramenta diplomática durante o Governo Lula também pode ser observada pela criação, em 2008, de uma coordenação no corpo do Itamaraty para tratar de cooperação esportiva, chamada de Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva (CGCE), possuindo cinco flancos de ação: 1) Negociação de cooperação esportiva com países parceiros; 2) Atuação na realização de megaeventos esportivos no Brasil e no exterior; 3) Acompanhar, instruir e supervisionar a posição oficial brasileira em organismos internacionais esportivos; 4) Interlocução com atores internacionais e intranacionais de âmbito governamental, esportivo e acadêmico; 5) Promoção de ações pontuais de capacitação e de natureza epistêmica ou técnica em relação ao esporte (BRASIL, 2016).

Através do levantamento dos acordos brasileiros com outros países na área de cooperação desportiva, percebe-se que até o Governo Lula o esporte não era algo explorado pela diplomacia brasileira de forma tão expressiva. Portanto, pode-se afirmar que a política externa do Governo Lula utilizou do esporte como instrumento diplomático de forma inovadora. Diante da busca por colocar o Brasil como protagonista frente às principais questões internacionais, fez-se valer a criatividade, sendo o esporte uma das formas

encontradas para atingir o objetivo de não estar apenas participando, mas influenciando e ganhando notoriedade, dentro do sistema internacional.

Partindo desta explanação, por tratar-se de um tema ainda pouco difundido no Brasil, além de ser muito contemporâneo, torna-se relevante estudar as relações entre o esporte e as relações internacionais, e mais especificamente, buscar no caso brasileiro, características desta política de utilização do esporte para promover a imagem do país, contribuindo para a cooperação, atraindo investimentos, buscando uma maior inserção no cenário internacional. Neste trabalho busca-se responder à seguinte pergunta: Como o esporte se manifestou como ferramenta diplomática durante o Governo Lula?

O objetivo geral do presente trabalho consiste em estudar a utilização do esporte como ferramenta da diplomacia, apresentando seus propósitos, atores e instrumentos, a partir do estudo do caso brasileiro, em sua intensificação durante o Governo Lula. Os objetivos específicos são: estudar interfaces entre o esporte e as relações internacionais; mapear as modalidades do uso do esporte na diplomacia; sistematizar os acordos de cooperação desportiva assinados pelo Brasil durante o Governo Lula, identificando quais são as formas de promoção da cooperação desportiva e quais áreas, atores e propósitos a cooperação desportiva abrange; e apresentar o papel dos megaeventos esportivos na diplomacia esportiva.

Este trabalho justifica-se e possui relevância baseado no fato de que o objeto de estudo ainda é muito pouco abordado. Apesar de recentes trabalhos que estudam a relação entre o Esporte e Relações Internacionais no Brasil, o estudo do tema ainda é restrito a apresentações gerais do uso e dos reflexos do esporte nas Relações Internacionais. Uma abordagem do esporte como um mecanismo favorecedor para a política externa brasileira, através da análise de discurso e de sistematização dos acordos nesta área, especificamente, ainda é desconhecida. Para Suppo (2012, p. 398): “Essa movimentação que o país vive em torno do esporte contrasta vivamente com a ausência praticamente total do tema na produção acadêmica brasileira na área das Relações Internacionais.” Portanto, é relevante que se produza um trabalho que busque trazer uma análise de elementos palpáveis, como os acordos de cooperação esportiva, que podem ilustrar a intensificação da utilização do esporte como instrumento da política externa no Brasil, o que traz também recursos para subsidiar posteriores discussões e análises.

Este trabalho também ganha relevância devido ao fato de que os impactos trazidos por esta política de inserção internacional através do esporte também influencia o âmbito doméstico brasileiro. Segundo Hugo Suppo (2012), em conjunto com a mobilização do Brasil para a preparação dos megaeventos esportivos que serão sediados em nosso território, muito

se discute na mídia e nas redes sociais sobre as consequências econômicas, sociais e políticas geradas pela entrada do Brasil na chamada economia internacional do entretenimento. Assim, o trabalho pode trazer insumos para posteriores estudos e enriquecer o debate acadêmico sobre o tema.

Com o intuito de possibilitar a elaboração da monografia, utilizou-se da metodologia científica de pesquisa. Para atingir o objetivo geral e específico já citado, o presente trabalho terá uma abordagem tanto qualitativa – ao tratar das interfaces do esporte com as Relações Internacionais, apresentando os eventos, estudando as informações narradas de uma forma organizada, mas intuitiva –, quanto quantitativa, por meio da sistematização dos acordos de cooperação desportiva do Brasil com outros países, analisando dados numéricos através de procedimentos estatísticos.

O presente trabalho será um estudo exploratório. Esta corresponde ao levantamento de dados sobre o tema para mapear suas ocorrências. Assim, não se busca identificação de causas, mas trata-se de uma preparação para um possível trabalho explicativo. Nas palavras de Bervian, Cervo e Silva (2007, p. 61), “a pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes.”

Buscando operacionalizar os objetivos do estudo, utilizarei de alguns procedimentos metodológicos. Primeiramente, este trabalho trata-se de um estudo de caso, na medida em que buscará estudar o uso diplomático do esporte através do caso brasileiro. A coleta de dados se dará majoritariamente através da pesquisa bibliográfica, que se refere à busca de explicar o problema em questão através dos registros já existentes sobre o tema, ou seja, decorrente de trabalhos anteriores em documentos, como artigos, teses, livros etc. Neste sentido, serão utilizadas fontes primárias e secundárias, sendo que as primeiras correspondem aos documentos oficiais e discursos, etc. As fontes secundárias, as quais correspondem às teses e dissertações, livros e artigos acadêmicos, bancos de dados, filmes, artigos de revisão, com intenção de enriquecer as informações coletadas. Através destes, poderei apresentar a utilização do esporte como ferramenta da diplomacia, em específico o caso brasileiro.

Após a coleta de dados, serão utilizadas técnicas de análise dos dados. Será utilizada a técnica qualitativa de análise de discurso, buscando identificar qual o posicionamento brasileiro através de discursos do ex-presidente Lula a respeito dos megaeventos esportivos. O critério utilizado para a escolha dos discursos foi o de discursos e entrevistas realizadas em Copenhague, na ocasião referente à postulação de candidatura brasileira para as Olimpíadas. Vale ressaltar que as descobertas, neste caso, são preliminares, sendo necessário analisar outros discursos tanto presidenciais quanto diplomáticos a respeito do tema. Além desta

análise, também será utilizado levantamento de dados, buscando sistematizar os acordos brasileiros na área de cooperação desportiva, codificando e tabulando as informações, proporcionando resultados estatísticos dos dados reunidos.

1 UMA PERSPECTIVA TEÓRICA SOBRE O PAPEL DO ESPORTE NA POLÍTICA EXTERNA

Para o desenvolvimento dos objetivos deste trabalho, torna-se necessário elucidar alguns conceitos teóricos que se relacionam com o tema proposto: a diplomacia, o *soft power* e por último, e não menos importante, a cooperação técnica para o desenvolvimento. Tais conceitos estão interligados com o tema proposto e possuem grande relevância para a construção das abordagens dos capítulos subsequentes. Neste capítulo apresentam-se conceitos e apontes teóricos para que posteriormente seja construído um diálogo com os capítulos seguintes.

A apresentação de conceitos e da transformação da diplomacia nos fornece a base para entendermos os estímulos que fizeram do esporte uma nova área da diplomacia, trazendo novas formas e atores diplomáticos. Já o conceito de *soft power* adquiriu grande relevância no estudo das Relações Internacionais e tem sido cada vez mais utilizado por chefes de Estado e pela mídia. Nos dias atuais, é uma forma de poder muito almejada pelos Estados, em um cenário onde se buscam alternativas para evitar o uso de meios coercitivos e de violência. O *soft power* está relacionado com o poder de atração e se faz favorável também na busca por novas parcerias internacionais. Neste sentido, o esporte é apontado como uma das fontes que podem resultar em tal poder. Um desempenho marcante no esporte se torna um ativo poder brando, que resulta em benefício do país. Além disto, os países vêm nos megaeventos esportivos a oportunidade de fortalecer sua imagem diante de outras nações. O estudo da cooperação técnica para o desenvolvimento torna-se relevante na medida em que esta foi amplamente utilizada durante o Governo Lula, inclusive na diplomacia esportiva, onde a presença do esporte na política externa do Brasil se deu através da cooperação desportiva, principalmente de caráter técnico com países em desenvolvimento.

Este capítulo será estruturado da seguinte forma: na primeira seção serão abordados os conceitos de diplomacia, a transformação da diplomacia tradicional em uma diplomacia que conta com número crescente de novos atores, formas e áreas afins, e neste contexto, o papel do esporte na diplomacia, o qual possui elementos para projetar a imagem do país, abranger parcerias, representando assim uma fonte de *soft power*. Desta forma, a segunda seção traz o conceito de *soft power*. Conceito inovador trazido pelo autor Joseph Nye, que aborda uma forma de poder não coercitiva, e sim atrativa. A terceira seção traz, primeiramente, o conceito de cooperação para o desenvolvimento e aponta suas formas. Dentre elas, o foco é direcionado à cooperação técnica internacional, para posteriormente entrar no tocante à

cooperação horizontal, também conhecida como cooperação técnica entre países em desenvolvimento.

1.1 DIPLOMACIA: CONCEITOS, TRANSFORMAÇÃO E O PAPEL DO ESPORTE

A diplomacia é construída através de fundamentações e práticas antigas. Já nos séculos IV e V, comandantes da Grécia, Pérsia e Índia trocavam mensagens, presentes, negociavam tratados e alianças e assinavam acordos, entre outras práticas diplomáticas (COOPER; HEINE e TAKUR, 2013). No decorrer da história, grandes transformações nas práticas e regulamentações da diplomacia ocorreram para a consolidação da mesma. Como exemplo, Cooper, Heine e Takur (2013) apontam que os romanos refinaram o papel dos emissários ao incluir treinamento para observação e interpretação de condições, bem como a liberdade de opinar nas decisões de negociação dos interesses de sua nação com outras.

Alguns elementos colaboraram para a configuração da diplomacia moderna, tais como: a norma criada no século XVI de que somente soberanos poderiam mandar embaixadores para o exterior; a formação de embaixadas permanentes entre muitas cidades italianas no final do século XV; as duas conferências entre 1644 e 1648 que levaram à Paz de Vestfália, a qual estabeleceu parâmetros para a conduta da diplomacia na época. O texto sobre diplomacia escrito por François de Callières em 1697 elaborou ideias que revelavam que diplomacia já havia se tornado uma instituição internacional (HOLSTI, 2004).

A diplomacia está ligada à resolução de forma pacífica de conflitos, bem como à aproximação entre Estados. Cooper, Heine e Takur (2013) mostram que diversos autores convergem ao considerar a diplomacia em sua essência como as práticas de relacionamento, usando de meios pacíficos, por e entre atores internacionais, no qual ao menos um deles é governamental. Os atores internacionais típicos são os Estados, e na maioria das vezes a diplomacia envolve relações entre Estados diretamente, ou entre Estados, organizações internacionais, e outros atores internacionais.

Autores como Christopher Hill (2003) e Amado Luiz Cervo (2008) convergem na conceituação de diplomacia ao tratá-la como um meio para atingir os objetivos da política externa, ou seja, ela é um instrumento para se alcançar as ambições estatais, e não apenas uma forma de estabelecimento de relações pacíficas com outros países. Assim, Hill (2003) aponta que diplomacia é a face humana de conseguir o que se quer na política internacional, e adiciona outra função: um instrumento crucial para se construir estabilidade internacional. E Cervo (2008) acredita que a diplomacia tem a função de buscar os objetivos do país no plano internacional. Ela diz respeito à ação externa dos governos, expressando crenças, ideologias e

valores do Estado. É importante ressaltar que para Cervo “a política exterior fornece o conteúdo da diplomacia, sendo responsável por seus erros e acertos. Diplomacia sem política não passa de conduta vazia” (CERVO, 2008, p. 9).

Em “A política do poder”, uma obra clássica de estudo das relações internacionais, o acadêmico Martin Wight (1985) afirma que a diplomacia ganha um alto nível de relevância para a política internacional, ao considerar a diplomacia como a instituição mestra das relações internacionais. Wight (2002, p.107) aponta que a diplomacia é “o sistema e a arte de comunicação dos Estados” e corresponde “à tentativa de ajustar interesses conflitantes por meio da negociação e do compromisso” (WIGHT, 2002, p. 78).

Raymond Cohen e Hedley Bull também convergem com esta conceituação. Cohen (1998) afirma que a diplomacia é a “*engine room*” das relações internacionais. E Bull considera a diplomacia como “a gestão das relações entre estados e outras entidades da política mundial, por meios pacíficos e com o uso de agentes oficiais” (BULL, 2002, p.187). Vale ressaltar que com esta definição ele limita o conceito de diplomacia, ao considerar os atores diplomáticos apenas aqueles que são agentes oficiais.

Atualmente, a diplomacia sofre grande influência de organizações não governamentais (ONGs) e outros atores privados, além de uma maior participação de outros ministérios do governo além do de Relações Exteriores, devido à grande interdependência do mundo globalizado. Segundo Cooper, Heine e Takur (2013, p. 17-18, tradução nossa),

[o] crescente número e a diversidade de atores engajados na diplomacia, a proliferação do número e da variedade de áreas cobertas pela diplomacia, a expansão dos limites das funções da diplomacia, e o aumento de assuntos e negociações de natureza especializada e técnica que estão ocorrendo, significam que [...] a diplomacia tem se tornado um empreendimento conjunto do governo com uma ampla gama de departamentos governamentais envolvidos [...] em alguns casos, contam com funcionários de fora do ministério das Relações Exteriores, por exemplo, dos ministérios de educação, finanças, imigração, agricultura, defesa etc.¹

Beacom (2004), Cooper, Heine e Takur (2013) e Murray (2012) concordam que atualmente vivemos uma transformação muito expressiva da diplomacia tradicional no que diz respeito a suas formas, práticas, atores e áreas envolvidas. Cooper, Heine e Takur (2013) e Murray (2012) apontam que esta mudança decorre da globalização e revolução nas comunicações – as quais advêm das novas tecnologias de informação. Além disto, temos a

¹ Tradução nossa do original: “The growing number and diversity of actors engaged in diplomacy, the proliferating number and variety of issues covered by diplomacy, the expanding range of functions served by diplomacy, and the increasingly specialized and technical nature of the discussions and negotiations in turn mean that [...] diplomacy has increasingly become a whole-of-government enterprise with a broad range of government departments involved [...] in some cases, officials from outside the foreign ministry, for example from the departments of education, finance, immigration, agriculture, defence, etc.”

maior demanda por transparência na diplomacia.² Já Beacom (2004) ressalta a participação de novos atores na diplomacia, dando abertura para novas formas de diplomacia.

Neste sentido, Cooper, Heine e Takur (2013) conceituam a transformação dos aspectos da diplomacia, tratando esta como a mudança de “*club diplomacy*” para “*network diplomacy*”. A “*club diplomacy*” é aquela que compreende um pequeno número de atores, com estrutura altamente hierárquica, baseada principalmente na comunicação escrita e pouca transparência. Ao contrário do primeiro, a nova forma de diplomacia intitulada “*network diplomacy*” é baseado em um número muito maior de atores, como da sociedade civil e ONGs, uma estrutura mais horizontal, uma comunicação oral mais significativa, além da maior transparência (COOPER; HEINE; TAKUR, 2013).

No contexto de ampliação de funções, das áreas, ferramentas e atores da diplomacia, notou-se que o esporte pode representar uma ferramenta da diplomacia, sendo uma nova área, colocando novos atores em cena, novas formas de lidar no contexto internacional, além de ser uma maneira “indireta” de atingir objetivos da política externa. A diplomacia esportiva é conceituada como as atividades diplomáticas empreendidas por atores ligados ao esporte, em nome dos seus governos. Vale ressaltar, especificamente, que este trabalho dá enfoque no uso do esporte pela atividade governamental diplomática, aderindo a um conceito mais restrito e não considerando a atividade individual de outros atores esportivos. Enquanto a diplomacia tradicional é um meio para os objetivos da política externa de um país, a diplomacia esportiva pode ser considerada um meio para a diplomacia tradicional atingir estes objetivos (MURRAY, 2012).

Beacom (2004) e Black e Peacock (2013) convergem ao afirmar que o esporte envolve um grande e complexo número de atores não estatais e é cada vez mais tido como uma área que se encaixa no discurso diplomático. No mesmo sentido, Stuart Murray (2012) aponta sete motivos para a crescente aproximação e interdependência entre esporte e da diplomacia.

² “For example, the ‘democratisation’ of diplomacy - the increasing public demand for greater transparency in international relations, fuelled by the virtual revolution in information and communications technology. significant” (MURRAY, 2012, p. 580).

Quadro 1 – Os sete motivos para a ligação entre o esporte e a diplomacia

| |
|--|
| <p>Primeiro motivo – as mudanças ocorridas no campo diplomático contribuíram para a adaptação e novas formas da diplomacia.</p> <p>Segundo motivo – o esporte e suas instituições estão cada vez mais presentes na sociedade internacional, em evolução crescente de poder e visibilidade, pois ninguém assume posição contrária ao esporte; ele é universal.</p> <p>Terceiro Motivo – as pessoas públicas e governamentais estão exaustas da violência ocorrida no século XX, isto encoraja aos governos a buscarem o <i>soft power</i>, através da cultura e do esporte.</p> <p>Quarto motivo – está ligado ao segundo motivo. O esporte é parte integrante da vida das pessoas, e possui visibilidade mundial. Assim, a diplomacia pode adotar uma postura e imagem alinhada com os valores esportivos, que proporcione percepções favoráveis de terceiros a respeito do país.</p> <p>Quinto motivo – Como uma instituição, a diplomacia representa a paz e a noção de sociedade internacional em meio à anarquia internacional. Da mesma forma, o esporte representa valores e qualidades que os governantes e seus diplomatas utilizam.</p> <p>Sexto motivo – Os papéis do diplomata e do atleta estão mudando, sendo exigida uma maior consciência da responsabilidade social de ambas as profissões. Sob tais condições, o esporte e a diplomacia naturalmente gravitam um em direção ao outro: ambas as instituições são formadas por patriotas representando seu Estado como um privilégio do dever internacional e ambos querem “ganhar” para seu país.</p> <p>Sétimo motivo – o esporte pode ser uma forma branda de sinalizar ou explorar uma mudança na política externa entre Estados que estão afastados diplomaticamente.</p> |
|--|

Fonte: Elaboração do autor com base em Murray (2012).

Ao abordar a diplomacia esportiva Black e Peacock (2013) enfatizam o papel distintivo e altamente influente das Organizações Desportivas Internacionais (ISOs, na sigla em inglês), juntamente com os governos estaduais, além de organizações e movimentos sociais e corporações multinacionais. Neste sentido, apontam duas funções que as ISOs podem desempenhar na diplomacia. De um lado, a maioria das ISOs, principalmente o Comitê Olímpico Internacional (COI), declara que as suas estruturas burocráticas servem a um propósito extremamente diplomático: paz internacional e de tolerância por meio do intercâmbio esportivo. Por outro lado, ISOs também funcionam como organizações multilaterais ou espaços para a relação diplomática (BLACK, PEACOCK, 2013).

Black e Peacock (2013) acrescentam que os megaeventos esportivos são a principal forma de prática da diplomacia esportiva na atualidade. Os megaeventos esportivos tornaram-se cobiçados na busca dos países por visibilidade global. Desta forma, torna-se uma tendência da atividade diplomática. Ainda, o esporte pode ser visto como uma resposta estratégica à globalização, ao celebrar e promover valores de competitividade no país, reforçando identidades nacionais para o público interno e externo (BLACK, PEACOCK, 2013).

De modo a respaldar tais conceitos da diplomacia esportiva, podemos citar a frase do ex-embaixador dos Estados Unidos James Cain, na 2ª Conferência de Haia em Diplomacia (2009):

O esporte pode ser uma maneira poderosa de alcançar e construir relacionamentos... através de aspectos étnicos e culturais, com uma mensagem positiva de valores compartilhados: valores como respeito mútuo, tolerância, compaixão, disciplina, equidade de oportunidades e do estado de direito. De muitas formas, o esporte pode ser um recurso da política externa mais efetivo do que *'the carrot'* ou *'the stick'*. (CAIN, 2009 apud MURRAY, 2012, p. 585, tradução nossa).³

O esporte, portanto, pode representar uma fonte de *soft power*. Através de seus valores positivos, sua capacidade de atrair mentes e corações, além da grande visibilidade que os megaeventos esportivos podem proporcionar aos países anfitriões. O esporte tem o poder de cooptação requerido pelo *soft power*, sendo uma alternativa eficaz ao poder de coerção – como apontado pelo embaixador James Cain. Desta forma, na seção seguinte, será abordado este conceito de forma mais detalhada, trazendo suas definições e sua aplicabilidade.

1.2 SOFT POWER

O chamado *soft power* (poder brando) é um conceito inovador que foi trazido para o estudo das relações internacionais por Joseph Nye em meados da década de 1980. Em um discurso sobre se os EUA estariam em declínio, Nye (2012) propôs o exercício do poder como a busca pela cooptação, sem o uso da força, ou poder militar. Apesar de ser um conceito recente, as práticas que representa são tão antigas quanto a história humana.⁴

Ferreira (2016) nos lembra que, apesar do pioneirismo de Nye ao cunhar o conceito de poder brando, sua ideia base não é uma novidade nos estudos da ciência política. O próprio Nye (2002) afirma que a ideia de se determinar um consenso político, e não o uso da força, já

³ Tradução nossa do original: “Sports can be a powerful medium to reach out and build relationships...across cultural and ethnic divides, with a positive message of shared values: values such as mutual respect, tolerance, compassion, discipline, equality of opportunity and the rule of law. In many ways, sports can be a more effective foreign policy resource than the ‘carrot’ or the ‘stick’”.

⁴ Por exemplo, Nye (2012) aponta que, na Europa do século XVIII, a difusão da língua e da cultura francesas aumentou o poder da França.

tinha sido discutido anteriormente por Antonio Gramsci, cujo conceito de hegemonia afirma que o poder advém da combinação do consenso e da força.

O poder brando é um conceito acadêmico que passou a ser amplamente utilizado pela mídia e por líderes mundiais. Entretanto, este amplo uso do termo incorre em alguns erros de interpretação sobre o que é o poder brando. O termo vem sendo utilizado como o sinônimo de qualquer coisa que não a força militar. Apesar de os neorealistas contemporâneos mensurarem o poder em recursos tangíveis, negligenciando o conceito de poder brando, este não possui contradição com o realismo.⁵ Desta forma, o *soft power* não sugere uma forma de idealismo ou liberalismo, ele é apenas uma das formas de se atingir os resultados desejados (NYE, 2012).

Changhe (2013) afirma que o *soft power* tornou-se cada vez mais importante e é usado estrategicamente em muitos países. Neste sentido, ele aponta três fatores que contribuem para o papel crescente do *soft power* na diplomacia atual e relações internacionais. O fator mais importante é o aparecimento de armas nucleares, o que torna uma grande guerra improvável e inaceitável entre grandes potências. O segundo fator é a popularização da educação avançada, o que cria condições favoráveis para o uso de *soft power*. O terceiro fator é o forte poder da informação e do conhecimento, em particular na era da internet (CHANGHE, 2013).

É importante ressaltar que não só Estados se envolvem com o *soft power*. As corporações, instituições, ONGs com frequência utilizam de um poder brando próprio; inclusive as celebridades individuais são capazes de utilizar tal poder (NYE, 2012; CHANGHE, 2013).

O conceito de *soft power* diferencia-se do tradicional *hard power*. Em seus textos sobre poder, Nye (2002, 2004, 2012) conceitua o *hard power* como o meio tradicional de poder, entendido como a utilização de força bruta através de recursos materiais, imposta contra outros atores no sentido de alcançar seus objetivos. Desta forma, o *hard power* compreende a utilização de ferramentas para a coerção e intimidação. Em seu conceito, o *hard power* possui duas modalidades, a militar e a econômica.

Mesmo que o *soft power* esteja relacionado ao poder tradicional – na medida em que ambos correspondem à habilidade de atingir um objetivo a partir da mudança no comportamento de outros –, a distinção entre os dois está ligada à natureza do comportamento dos atores e à materialidade dos recursos empreendidos (NYE, 2012). No que diz respeito à natureza do comportamento, o *soft power* está ligado ao poder de cooptação - “a capacidade

⁵ Os realistas tradicionais não ignoram o poder brando. Por exemplo, E. H. Carr descreveu o poder internacional em três categorias: poder militar, poder econômico e poder sobre opinião (NYE, 2012).

de moldar as preferências dos outros pode relacionar com a atratividade da sua cultura e valores” (NYE, 2004, p.7) ⁶ -, enquanto o *hard power* é associado ao poder de comando - “a capacidade de moldar as preferências dos outros pode relacionar com a coerção ou persuasão” (NYE, 2004, p.7).⁷ Quanto aos recursos, o *hard power* utiliza de meios materiais, como força, sanções, subornos etc.; já o *soft power* utiliza de recursos não materiais, através de instituições, valores, cultura etc. (NYE, 2004).

Portanto, segundo Nye (2012) o *soft power* está ligado à credibilidade que o ator possui, sendo dependente dela para ter efetividade; quando os governos são tidos como manipuladores e a informação é vista como uma propaganda, a credibilidade é destruída, levando consigo a ideia de cooptação do poder brando. Vale ressaltar que críticos apontam que, se a manipulação é evitada, não existe realmente a utilização deste tipo de poder. Neste sentido, Nye (2012) afirma que a melhor propaganda é a não propaganda, pois, para qualquer forma de poder também é importante que não se deixe claro os seus impactos.

Nye (2004; 2012) admite que em algumas situações o *soft power* é incapaz de representar alguma influência.⁸ Por possuir limitações, autores o desconsideram como uma das formas de poder. Entretanto, isto também ocorre com todas as outras formas de poder, pois todas dependem de um contexto. Neste sentido, as formas de poder dependem do tipo de relacionamento entre os atores, sob certas circunstâncias.⁹

No que diz respeito às fontes de *soft power* de um país, Nye (2004; 2012) afirma que ele baseia-se majoritariamente em três aspectos básicos: a cultura, valores políticos e políticas externas. Para tais recursos resultarem na cooptação para obtenção de resultados desejados, é necessário que a cultura seja atrativa, que os valores políticos sejam cumpridos interna e externamente e que as políticas externas sejam tidas como legítimas e portadoras de autoridade moral perante outros atores (NYE, 2012).

Changhe (2013) também aborda os insumos da prática do *soft power*. Segundo ele, em termos gerais, o conhecimento é o principal ativo. Neste sentido, o poder brando de um país é altamente dependente da sua capacidade de produzir conhecimento para seus

⁶ Tradução nossa do original: “the ability to shape what others want-can rest on the attractiveness of one's culture and values.”

⁷ Tradução nossa do original: “the ability to change what others do-can rest on coercion or inducement.”

⁸ Como na disputa sobre as armas nucleares da Coreia do Norte. Neste caso, não há fontes de poder brando que possam resolver tal contenda, pois é difícil de imaginar uma forma de cooptar o governo norte-coreano a desistir dos armamentos nucleares. Este assunto está mais ligado ao *hard power*, onde uma ação coercitiva está mais propensa a proporcionar saídas para este impasse (NYE, 2004; 2012).

⁹ Vale ressaltar que Nye (2004) afirma que o poder brando está mais propenso à esta dependência em virtude da necessidade de disposição dos receptores e intérpretes, além disto, a atração (ou cooptação) tem efeitos difusos, tornando um trabalho árduo de decifrar uma um resultado específico.

indivíduos e para o resto do mundo. Entretanto, o autor ressalta que nem toda forma de conhecimento pode ser difundida e aceita por todos;¹⁰ o conhecimento precisa ser “comum” para a transmissão do poder brando: “O conhecimento comum é aquele aplicável em outras sociedades, o qual une as pessoas politicamente, economicamente, além de melhorar as condições de vida, facilitando uma ordem harmoniosa social e moralmente.” (CHANGHE, 2013, p.4). Para que o conhecimento comum seja possível, Changhe (2013, p.4) afirma que alguns pré-requisitos devem ser satisfeitos.

Em primeiro lugar, o conhecimento deve dar respostas razoáveis para os problemas fundamentais enfrentados pelos seres humanos; em segundo lugar, ele deve ser possível entre as divergentes sociedades; em terceiro lugar, deve ser eficaz. Assim, por exemplo, a(s) forma(s) de um governo pelo povo, do povo e para o povo tem sido amplamente vista e aceita como o modelo de governança doméstica competitiva em todo o mundo.¹¹

Além do conhecimento comum, a utilização do *soft power* é altamente relacionada com formadores de opinião, pois estes possuem credibilidade, confiabilidade, além da resolução de assuntos públicos; à educação, visto que um bom sistema de ensino traz uma dinâmica de inovação, o que contribui para a produção de novos conhecimentos; terceiro e não menos importante, a popularização de um idioma é um fator muito favorável para a construção do poder brando (CHANGHE, 2013).

As instituições são um importante aspecto do *soft power*, na medida em que estas podem representar a atração (ou cooptação) por meio da configuração de agendas e do estabelecimento de coalizões (NYE, 2004). Inspirado nessas observações, Changhe (2013) aponta que o poder brando através de instituições é dependente de cinco fatores: em primeiro lugar, o país deve estar de acordo com as regras e normas das instituições internacionais; segundo, o país deve ser qualificado para estabelecer agendas não só para seus próprios interesses, visto que agendas que representam maior vantagem para uma maioria ganham apoio; ligado ao segundo ponto, o terceiro aponta que a resolução bem sucedida de uma difícil questão também pode atrair países a segui-lo; em quarto lugar, a credibilidade financeira do país; por fim, a busca por interesses próprios é uma desvantagem para obtenção de poder brando através das instituições (CHANGHE, 2013).

¹⁰ Aquele conhecimento que se baseia no particularismo ou relativismo dificilmente será aceito e compartilhado por outros atores da sociedade (CHANGHE, 2013).

¹¹ Tradução nossa do original: Firstly, the knowledge should give reasonable answers to fundamental problems facing human beings; secondly, it should be commensurable among divergent societies; thirdly, it should be effective. Therefore, for example, the form(s) of government by the people, of the people, and for the people has been widely seen and accepted as the competitive domestic governance model around the world. It undoubtedly originated in modern Western political practice. We could in many instances assert that common knowledge about responsible democratic government is a kind of soft power, and is very important knowledge capital for governing public affairs.

Portanto, o *soft power* é um componente muito útil para a política externa de um país. Ele pode ser usado em todas as áreas e níveis diferentes na diplomacia. Como vimos, um país pode atingir seus objetivos recorrendo à coerção e à cooptação. Como o uso do poder pela intimidação não tem sido incentivado, até mesmo impedido ao nível da cultura política nacional e pelas normas e regras internacionais, os governos passam a utilizar cada vez mais o poder brando para conseguir o que querem.

Changhe (2013) aponta dois aspectos mais evidentes em que um país pode utilizar o *soft power* relações internacionais. Em primeiro lugar, o principal objetivo da diplomacia de um país deve estar focado em cultivar boas relações ao invés de criar inimigos ou alianças militares. Desta forma, acomodar pontos de vista e culturas divergentes é mais importante do que promover consistência e uniformidade na sociedade internacional. A estratégia, que tradicionalmente significava eliminar o inimigo fisicamente, passa a se concentrar sobre a forma de transformar inimigos em parceiros. Em segundo lugar, a cooperação também é uma forma de uso do poder brando. Tradicionalmente, em termos econômicos, era amplamente aceito tentar alterar o comportamento de um país por meio de sanções econômicas coercivas. Como nem sempre estes termos são desejáveis ou eficazes, outra forma de medida econômica incentivada pela sociedade internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial é a cooperação para o desenvolvimento, tema da próxima seção.

1.3 COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA O DESENVOLVIMENTO

Historicamente, o ato de transferir recursos financeiros entre as nações sempre foi uma prática nas relações internacionais. O aumento do volume das transferências nos anos 1950 conferiu uma importância maior ao fenômeno (WHITE, 1973). Iglesias Puente (2010) e Lancaster (2007) concordam que a cooperação para o desenvolvimento é um fenômeno que ganhou maior relevância recentemente na história das relações internacionais.¹²

Com base no entendimento da ajuda externa como a transferência de recursos financeiros, bens e serviços de uma nação a outra, Morgenthau (1962) definiu seis tipos de ajuda externa: ajuda humanitária, a ajuda de subsistência, a ajuda militar, a ajuda por suborno, a ajuda por prestígio, por fim, a ajuda para o desenvolvimento. Vale ressaltar que todos os tipos de ajuda teriam como objetivo final a conquista de vantagens políticas pelo país doador, inclusive a ajuda humanitária em alguns casos (MORGENTHAU, 1962).

¹² Pois, ao fim da Segunda Guerra Mundial, houve uma substantiva transformação da ajuda externa. É após este período, percebemos que o papel da doação de recursos de um governo para outro, na política externa dos países, elevou de tamanho e passou a ser sustentado ao longo do tempo (LANCASTER, 2007).

A ajuda humanitária é considerada a única apolítica, e abrange a ajuda a países que passam por desastres naturais ou políticos. A ajuda de subsistência é similar à ajuda humanitária, mas está ligada a ajuda àqueles países que não possuem domínio suficiente de recursos para a subsistência. A ajuda militar é uma forma tradicional de ajuda, a qual tem o objetivo de reforçar o poder militar dos aliados. A ajuda por suborno, como o próprio nome diz, é a prática do suborno, onde o doador oferece ajuda para garantir apoio dos países recipiendários. A ajuda por prestígio, ligada a propósitos econômicos e militares, representa a vontade de um país se tornar uma força econômica e militar moderna, o que aumentaria seu prestígio em âmbito externo e interno. E por fim, por ser amplamente discutida teoricamente, Morgenthau aborda em seção separada a ajuda para o desenvolvimento econômico. Esta corresponde, de forma sucinta, à ajuda a países através de recursos econômicos (principalmente) para a promoção de desenvolvimento (MORGENTHAU, 1962). Lancaster (2007) converge com Morgenthau (1962) ao afirmar que a ajuda externa é um conceito difícil de se definir e que aborda práticas cuja efetividade é difícil de ser avaliada.

A definição mais conhecida é a da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹³, criada em 1960 a partir da Organização para Cooperação Econômica Europeia (OCEE), que havia sido criada em 1948 ligada ao Plano Marshall.¹⁴ Em 1961, no âmbito da OCDE, o Grupo de Assistência para o Desenvolvimento (GAD) foi convertido no Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD) para e monitorar os fluxos de ajuda direcionados aos países em desenvolvimento (DESIDERÁ NETO, 2014).

E em 1969, definiu-se a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), a qual corresponde aos fluxos de financiamentos oficiais que têm como objetivo central a promoção do desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento, com transferências de todos os níveis governamentais dos países que integram a OCDE para países em desenvolvimento ou agências multilaterais de desenvolvimento (OCDE, 2016).

¹³ “A OCDE utiliza a sua riqueza de informações sobre uma ampla gama de tópicos para ajudar os governos na promoção da prosperidade, além de combater a pobreza através do crescimento econômico e da estabilidade financeira [...] O trabalho de OCDE tem por base o monitoramento contínuo de eventos nos países membros, e inclui projeções regulares da evolução econômica a curto e médio prazo. O Secretariado da OCDE coleta e analisa estes dados, após as comissões discutirem as políticas em relação a esta informação, o conselho toma decisões, e então os governos implementam as recomendações” (OCDE, 2016).

¹⁴ Após o término da Segunda Guerra Mundial, líderes passaram a objetivar a reorganização do mundo para a perpetuação da paz. Os objetivos foram focados na eliminação da pobreza e da miséria. Neste sentido, buscou-se um movimento de ajuda aos países subdesenvolvidos. Tal movimento não obteve resultados expressivos. O principal êxito na ajuda externa se deu na Europa, onde o Programa de Recuperação Europeia, mais conhecido como o Plano Marshall, objetivou reconstruir a Europa dos males causados pela guerra. (BERTERO, 1967).

Diversos autores propõem uma periodização da evolução da cooperação para o desenvolvimento nas relações internacionais. O Quadro 2 sintetiza as propostas de dois deles: Lancaster (2007) e Iglesias Puente (2010).

Quadro 2 – Periodização da evolução da cooperação para o desenvolvimento.

| Autor | Fase | Características |
|-----------------|---|--|
| Lancaster | Estabelecimento e expansão da ajuda externa (1945-1970) | A ajuda concentra-se em caráter de emergência, destinado a países atingidos pela guerra. Portanto, é um caráter temporário, onde se busca resgatar status quo, não promover desenvolvimento. Neste sentido, fase onde ocorreu o Plano Marshall (1947). Já em 1960, houve a criação do CAD/OCDE. E ao fim desta fase, nos anos 70, a maior parte dos governos era ou doadora, recipiendário ou ambos. |
| | Ajuda externa para o desenvolvimento (1970-1990) | Propósito do desenvolvimento ganha proeminência. Há um direcionamento crescente da ajuda para países mais pobres, infraestrutura, termos mais brandos. Fase marcada também pela profissionalização das agências, onde a parcela maior da ajuda é direcionada via agências multilaterais. Ressalta-se ainda a diminuição da ajuda para propósitos diplomáticos. |
| | Transição Década de 1990 | Ao fim da Guerra Fria houve diminuição da relevância diplomática, e surgimento de novos propósitos, em face de fatores como: crises econômicas, democratização, globalização, ajudas pós-conflitos. Atingiu nível mais alto no início da década, um forte declínio no meio da década, evoluindo lentamente ao fim da década. |
| Iglesias Puente | Fase das Lacunas (1950 – 1960) | O pensamento dominante econômico da época postulava que o caminho para o desenvolvimento estaria ligado à necessidade de investimentos maciços de capital nos países subdesenvolvidos. |
| | Fase da Dimensão Social (Década de 1970) | São evidenciados outros problemas ligados ao desenvolvimento, que vão além da falta de capital, sendo introduzidas as variáveis “população”, “meio ambiente”. |
| | Fase do Ajuste Estrutural (Década de 1980) | A cooperação para o desenvolvimento sofre reduções drásticas por parte dos doadores em virtude das crises do petróleo e da recessão dos países desenvolvidos, sendo reorientada para os ajustes estruturais. |
| | Fase da Boa Governança (1990 em diante) | No pós-Guerra Fria houve a redução dos níveis de AOD, em virtude da motivação geoestratégica dos doadores estar menos presente. Além disto, nesta fase a chamada “boa governança” tornou-se condicionalidade política relevante para a concessão da AOD. |

Fonte: elaboração do autor baseado em Lancaster (2007) e Iglesias Puente (2010).

No que diz respeito às motivações, é um trabalho árduo decifrar o engajamento na cooperação para o desenvolvimento. Segundo Iglesias Puente (2010), tais motivações dependem de diversos elementos; variam com o tempo, de país para país, dependem da conjuntura do momento e em de quais atores estão envolvidos. Neste sentido, existem motivos declarados e encobertos. Os primeiros dizem respeito aos motivos éticos e

humanitários, enquanto os outros nem sempre são admitidos, e tratam, por exemplo, de interesses políticos e econômicos. Além destas motivações, o autor aponta também as motivações históricas e culturais, considerações ambientais e fluxos migratórios (IGLESIAS PUENTE, 2010).

Lancaster (2007) trata dos propósitos dos países doadores em sua abordagem. O desenvolvimento é apenas um dos propósitos da ajuda externa, dentre outros como o diplomático, o comercial, humanitário e cultural. A ajuda externa como propósito de desenvolvimento diz respeito à ajuda para o progresso social e econômico, bem como para a redução na pobreza. Quanto ao propósito diplomático, este envolve os objetivos da política externa e a manutenção das relações entre os governos. Já o propósito comercial corresponde à expansão das exportações de um país, ou a garantia do acesso às importações de matérias-primas.¹⁵

A cooperação para o desenvolvimento possui diversas modalidades, sendo as principais: Cooperação Financeira, a qual consiste em subvenções, investimentos financeiros, doações e créditos “concessionais”, com o objetivo de promover melhores condições socioeconômicas do país receptor; a Assistência Humanitária, que corresponde a recursos destinados a assistência emergencial a países que se encontram em situação de calamidade devido a catástrofes naturais ou políticas; a Ajuda Alimentar, que diz respeito ao apoio destinado a países que passam por problemas de segurança alimentar, podendo se materializar de forma direta, com a transferência de alimentos, ou indireta, com a transferência de bens para produção de alimentos ou créditos para a aquisição de alimentos; e por fim, a Cooperação Técnica (IGLESIAS PUENTE, 2010).

A Cooperação Técnica Internacional (CTI) pode ser entendida como um mecanismo para o desenvolvimento dos países. Ela possibilita a transferência ou compartilhamento de conhecimentos e experiências entre países e o aprimoramento e desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais. Desta forma, pode auxiliar um país a promover mudanças em diversos campos, como o social e econômico (IGLESIAS PUENTE, 2010).

Para Lancaster (2007), sendo uma forma promover a ajuda externa, a cooperação técnica é aquela que pode fornecer treinamento e conselhos em gestão, planejamento, orçamento, e uma série de outras áreas técnicas, para os governos receptores da ajuda. Assim,

¹⁵ No propósito comercial, Lancaster (2007) acrescenta que a cooperação pode envolver os esquemas de *mixed-credit*, fornecendo incentivos financeiros para governos estrangeiros para que importem bens e serviços do país doador, geralmente como parte de projetos específicos. Neste sentido, estes são combinados com o financiamento das exportações que normalmente é fornecido em termos relativamente rígidos.

a cooperação técnica pode expandir a capacidade do governo receptor de operar para que use seus recursos de forma mais eficiente e produtiva (LANCASTER, 2007).

A CTI foi instituída formalmente, no âmbito multilateral, através da Resolução nº 200, de 1948, da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Naquele momento a expressão instituída foi a de “assistência técnica”. Tal expressão foi substituída em 1959, após recomendação da AGNU, pelo termo “cooperação técnica”. Isto decorre do fato de que a expressão “cooperação” pressupõe que as partes envolvidas estejam no mesmo nível, em uma relação de interdependência e de trocas. Por outro lado, a expressão “assistência” nos leva a uma relação desigual, onde não há relação mútua de trocas, e onde a parte que recebe não coopera (DOMERGUE, 1968 apud LEITE, 2013).¹⁶

Apesar dessa distinção, Cervo (1994) considera que a CTI envolve três elementos originais: transferência não-comercial de técnicas e conhecimentos; desnível quanto ao desenvolvimento alcançado por receptor e prestador; execução de projetos em conjunto, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas. Para ele, a CTI “nasceu em contexto estratégico, não tendo como único escopo o que lhe era próprio, mas algo mais e distinto” (CERVO, 1994, p. 38). Ou seja, a CTI é utilizada com finalidades não próprias, com fins políticos e econômicos perseguidos pelo país doador.

O termo CTI apareceu no cenário da pós-Segunda Guerra. Como vimos anteriormente, os objetivos almejados eram o da “ajuda” para o desenvolvimento e para a reconstrução da Europa. Porém, na verdade, países como Estados Unidos tinham, em primeiro lugar, seu foco voltado para a construção de seus respectivos sistemas de aliança, além da preservação das zonas de influência (CERVO, 1994).

Iglesias Puente (2010) afirma que é necessária a distinção entre a cooperação técnica horizontal e a tradicional. A cooperação de natureza horizontal diz respeito à cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD), em contraposição à tradicional, ou “vertical”, entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. A cooperação horizontal decorre da busca por uma redução das assimetrias sistêmicas e independência nas tomadas de decisões para os países em desenvolvimento. Neste sentido, há uma ampliação das relações

¹⁶ Buscando entender a respeito das diferenças entre os conceitos de “assistência”, “cooperação” e “ajuda externa”, Breuning (2002, p. 369, tradução nossa) afirma que “[a] ajuda externa engloba não apenas assistência destinada ao desenvolvimento econômico, mas também assistência militar – o propósito da ajuda internacional nem sempre é o desenvolvimento. Ainda que o termo assistência para o desenvolvimento conote um foco no desenvolvimento econômico, sugere uma relação fundamentalmente desigual: existe um doador e um receptor, um dá, o outro recebe. Diferentemente, o termo cooperação para o desenvolvimento, além de fazer referência explícita ao desenvolvimento como objetivo, também indica um trabalho conjunto entre doador e receptor.”

entre eles, sendo a CTPD uma das formas do estreitamento de laços econômicos e políticos entre países em desenvolvimento (IGLESIAS PUENTE, 2010).

As primeiras iniciativas de CTPD surgiram no decorrer dos anos 60 e 70. Neste período, os países do Sul¹⁷ buscavam afirmar-se no cenário internacional, visto que as relações Norte-Sul eram tidas como prejudiciais aos interesses dos países em desenvolvimento, principalmente na busca por níveis maiores de desenvolvimento (CERVO, 1994; IGLESIAS PUENTE, 2010).¹⁸

No ano de 1978, na cidade de Buenos Aires, foi realizada a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a CTPD. Esta é tida, segundo Iglesias Puente (2010), como o primeiro esforço coletivo da identificação das possibilidades e formas de realização da CTPD. A conferência resultou na adoção do Plano de Ação de Buenos Aires,¹⁹ no qual foi estabelecido que a CTPD não tem como objetivo a substituição dos programas tradicionais de cooperação, mas sim se somar a eles (CERVO, 1994).²⁰

Apesar do grande passo que o Plano de Ação de Buenos Aires representou para a CTPD, o progresso da agenda nos anos seguintes ao Plano foi pouco expressivo. Este fato decorreu principalmente na noção de que, mesmo que a CTPD pressuponha uma cooperação horizontal, é necessário que pelo menos um dos países envolvidos tenha um nível de desenvolvimento intermediário.²¹ Este fator está fortemente interligado com as dificuldades econômicas enfrentadas pelos países em desenvolvimento na década de 80 (a chamada “década perdida”), pois, mesmo que a cooperação técnica implicasse em menos dispêndio de recursos que a cooperação financeira, certo nível de orçamento era necessário, sendo difícil se aplicar recursos para colaborar com países terceiros (IGLESIAS PUENTE, 2010). Desta forma, o tema perdeu relativamente força em decorrência das dificuldades econômicas dos países.

¹⁷ Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o termo “Sul” ou “Sul Global” refere-se a países em desenvolvimento, que estão localizados no Hemisfério Sul, principalmente (UNDP, s/d).

¹⁸ Os países do Norte, sob liderança dos Estados Unidos, encontravam-se de fato muito mais preocupados com as relações Leste-Oeste (IGLESIAS PUENTE, 2010, p.76).

¹⁹ O plano identificou quinze áreas focais de atuação da CTPD, quais sejam, educação, agricultura, transporte e comunicações, ciência e tecnologia, cultura, entre outros. E tem como principais objetivos: promover a autoconfiança dos países em desenvolvimento; fortalecer a capacidade dos PED em desenvolver soluções conjuntamente para os principais problemas enfrentados; entre outros (IGLESIAS PUENTE, 2010).

²⁰ A aprovação do Plano de Ação de Buenos Aires significou, para países como o Brasil, que estes poderiam superar as relações dependentes inerentes aos mecanismos da cooperação Norte-Sul, utilizando de melhor forma a sua capacidade instalada (CERVO, 1994).

²¹ A CTPD não teve grande evolução, em grande medida, pelo fato de que o número de países capazes de “liderar” o processo de CTPD nos anos 1980 era pouco significativo, estimam-se no máximo oito países (PUENTE, 2010).

A CTPD voltou a ter relevância no final dos anos 1990.²² Nesta década, novos desafios foram trazidos pela aceleração da globalização, que exigem cada vez mais formas inovadoras de inserção no sistema internacional, principalmente para os países em desenvolvimento. Neste sentido, a CTPD foi uma das formas de se minimizar a vulnerabilidade e riscos que a globalização trazia consigo, ao compartilhar conhecimentos e novas técnicas entre os países do chamado “Sul Global” (IGLESIAS PUENTE, 2010).

Observando sob a ótica do *soft power*, o qual foi apresentado na seção anterior, o cenário atual do sistema internacional exige cada vez mais dos países novas formas de inserção, de modo que não utilizem de meios coercitivos ou de intimidação. Neste cenário, a CTPD passa a ser uma das formas que contribuem para a melhor inserção dos países em desenvolvimento nas relações internacionais. Assim, a CTPD pode ser um instrumento relevante para a política externa dos países. Através desta, países como o Brasil, passaram a difundir sua cultura, políticas e conhecimentos para outros países, buscando elevar seu papel no sistema internacional, adquirindo maior capacidade de influência e atração – ou seja, a CTPD pode ser vista como instrumento do *soft power*.

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo elucidou conceitos e abordagens teóricas relacionadas ao tema desta pesquisa: a diplomacia, o *soft power* e a cooperação técnica para o desenvolvimento.

A diplomacia é construída através de fundamentações e práticas antigas, e está ligada à resolução pacífica de conflitos, bem como à aproximação entre Estados. Assim, a diplomacia é comumente conceituada como as práticas de relacionamento, usando de meios pacíficos, por e entre atores internacionais, no qual ao menos um deles é governamental. Vimos que a diplomacia tradicional tem passado por uma transformação muito expressiva, com uma difusão no que diz respeito a suas formas, práticas, atores e áreas envolvidas. Esta mudança decorre da globalização, da revolução nas comunicações e de demandas por maior transparência na diplomacia.

Neste contexto, o esporte pode representar uma ferramenta da diplomacia, sendo uma nova área, colocando novos atores em cena, novas formas de lidar no contexto internacional, além de ser uma maneira “indireta” de atingir objetivos da política externa. Através de seus

²² O estreitamento das relações Sul-Sul é atestado, na prática, pela proliferação de coalizões envolvendo países em desenvolvimento, como o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, o agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do sul (BRICS) e grupos reunindo países em desenvolvimento no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), como o G20 e o Cotton-4, bem como pelo aumento do comércio, dos investimentos e dos fluxos de AOD entre os países do chamado “Sul global” (LEITE, 2013, p.21).

valores positivos, sua capacidade de atrair mentes e corações, além da grande visibilidade que os megaeventos esportivos podem proporcionar aos países anfitriões, o esporte pode representar uma fonte de *soft power*.

O *soft power* diz respeito ao exercício do poder como a busca pela cooptação, sem o uso da força, ou poder militar. O *soft power* torna-se cada vez mais importante e é usado estrategicamente em muitos países. Vimos os fatores que contribuíram para o crescente papel do poder brando na diplomacia atual e relações internacionais, como o aparecimento de armas nucleares, o que torna uma grande guerra improvável e inaceitável entre grandes potências e o forte poder da informação e do conhecimento, em particular na era da internet. O *soft power* está ligado ao tradicional *hard power* na medida em que ambos correspondem à habilidade de atingir um objetivo em virtude da mudança no comportamento de outros, mas distingue-se quanto à natureza do comportamento dos atores e à materialidade dos recursos empreendidos. No que diz respeito à natureza do comportamento, o *soft power* está ligado ao poder de cooptação, enquanto o *hard power* é associado ao poder de comando. Quanto aos recursos, o *hard power* utiliza de meios materiais, como força, sanções, subornos etc.; já o *soft power* utiliza de recursos não materiais, através de instituições, valores, cultura etc. Como o uso do poder pela intimidação não tem sido incentivado, e até mesmo impedido ao nível da cultura política nacional e pelas normas e regras internacionais, os governos passam a utilizar cada vez mais o *soft power* para conseguir o que querem. Portanto, o poder brando é um componente muito útil para a política externa de um país. Ele pode ser usado em áreas e níveis diferentes na diplomacia, sendo a cooperação para o desenvolvimento uma forma de *soft power*.

Em seguida, abordaram-se a história, definição e marcos interpretativos da cooperação para o desenvolvimento. Foram apresentados motivações e propósitos para cooperação para o desenvolvimento, bem como as modalidades, entre elas a cooperação técnica, a qual é foco deste trabalho. Em busca de uma cooperação horizontal, países em desenvolvimento passaram a buscar iniciativas para cooperarem entre si. Neste sentido, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a CTPD foi o primeiro esforço coletivo da identificação das possibilidades e formas de realização da CTPD. No entanto, foi só na década de 1990 que esta passou a ser utilizada de forma mais expressiva, devido a novos desafios trazidos pela aceleração da globalização, que exigem cada vez mais formas inovadoras de se inserir no sistema internacional, principalmente para os países em desenvolvimento. Neste sentido, a CTPD foi uma das formas de se minimizar a vulnerabilidade e riscos que a globalização trazia consigo, ao compartilhar conhecimentos e novas técnicas entre os países em desenvolvimento.

O esporte possui relações diretas com os temas apresentados neste capítulo, como veremos nos capítulos seguintes. O cenário atual do sistema internacional exige cada vez mais dos países novas formas de inserção, de modo que não utilizem de meios coercitivos. Neste sentido, o esporte tem sido utilizado como instrumento para a diplomacia dos países, como uma fonte de *soft power*, além de estar presente na CTPD, através da cooperação desportiva. Portanto, o esporte passa a ser uma das formas que contribuem para a melhor inserção dos países em desenvolvimento nas relações internacionais. Assim, apresentaremos no próximo capítulo as interfaces entre o esporte e as relações internacionais através de uma abordagem histórica e utilizando de exemplos concretos.

2 INTERFACES ENTRE O ESPORTE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Visto os conceitos teóricos que abrangem o estudo do tema, passamos para o segundo capítulo. Este capítulo tem como objetivo apresentar as interfaces entre o esporte e relações internacionais, mostrando as diferentes formas que o esporte está presente na prática diplomática dos países, relacionando-se aos conceitos teóricos do capítulo anterior. Para tal, utiliza-se de diferentes casos concretos como exemplo.

Mesmo que as origens do esporte datem dos tempos dos Jogos Olímpicos na Grécia Antiga, o esporte só tornou-se um fenômeno social na história moderna, em meados do século XIX, com um caráter amador e pouco popular, mas ainda não possuía significância para as relações internacionais. Este quadro começou a mudar com a retomada dos Jogos Olímpicos em 1896 e o grande esforço do Comitê Olímpico Internacional para tornar as Olimpíadas um fenômeno de escala global. E só no pós-Primeira Guerra Mundial que o esporte passou a internacionalizar-se de forma assertiva e, conseqüentemente, representar um papel relevante para as relações internacionais.

A evolução tecnológica dos meios de comunicação e transportes foram elementos essenciais para o processo de promoção do esporte em escala mundial. Nesse sentido, Suppo (2012, p. 400) ressalta o surgimento da comunicação em massa como impulsionador da internacionalização do esporte:

Independentemente das razões (imposição ou aceitação), o fato é que a internacionalização do esporte realmente só se acentua após a Primeira Guerra Mundial no contexto do surgimento da comunicação de massa, que transforma o esporte em espetáculo. Isso suscita o interesse dos homens de Estado, que começam a considerá-lo um instrumento de política externa não desprezível.

Com a elevação no nível de interesse pelo esporte e o aumento de sua ligação com as relações internacionais, os chefes de Estado perceberam a potencialidade de expressarem ideologias através do esporte. Segundo Kobiercki (2013, p. 51, tradução nossa), “[...] a influência mútua entre o esporte e as relações internacionais iniciou-se quando os esportes ganharam uma alta popularidade, o que permitiu que os políticos agissem através deste, e por vezes, atores do esporte influenciassem os políticos”.²³ Beacom (2004, p. 97, tradução nossa) acrescenta que “[a] crescente relevância do esporte como um aspecto da agenda política

²³ Tradução nossa do original: “the mutual influence between sport and international relations was initiated when sport gained vast popularity, which allowed politicians to profit from it and sometimes even sports officials to influence politicians.”

doméstica e internacional criou as condições nas quais as organizações esportivas podem representar um papel mais proativo nas decisões políticas”.²⁴

Além do aspecto político, a internacionalização do esporte passou a representar grande relevância na dimensão econômica e de projeção internacional dos países. Através dos megaeventos esportivos, como as Olimpíadas, o esporte pode representar oportunidades de ganhos econômicos aos países que sediam tais eventos - ao atrair investimentos, estimular o turismo, criar legados sociais, em infraestrutura e etc. -, além de ser uma oportunidade única de um país projetar sua imagem para o mundo. Desta forma, o esporte é considerado como um instrumento de *soft power*, como vimos no primeiro capítulo.

Este capítulo será estruturado da seguinte maneira: a primeira seção fará uma apresentação histórica dos Jogos Olímpicos da idade moderna, os quais tiveram papel importante na globalização do esporte. A segunda seção traz as formas pelas quais o esporte é utilizado como uma ferramenta de política pelos países, ora representando o fortalecimento de vínculos e aproximação entre os povos, gerando oportunidades para partilhar semelhanças e a conquista de boas relações, ora representando a afirmação de diferenças, sendo uma arena para a disputa político-ideológica. Em seguida, a Seção 3.3 apresenta as oportunidades que os megaeventos esportivos podem representar para os países, em termos de ganhos econômicos e de imagem internacional.

2.1 O MOVIMENTO OLÍMPICO NA IDADE MODERNA

Nesta seção, faremos um breve histórico dos Jogos Olímpicos da Idade Moderna, com o intuito de trazer um panorama geral de como ocorreu este movimento, e como este megaevento esportivo internacional adquiriu tamanha magnitude e influência no mundo, auxiliando na propagação do esporte em uma escala mundial.

Os Jogos Olímpicos Modernos tornaram-se o evento esportivo de maior impacto em escala mundial, ao lado da Copa do Mundo de Futebol FIFA. O objetivo do Movimento Olímpico é “contribuir para a construção de um mundo melhor e pacífico educando os jovens através do esporte, sem discriminação de qualquer tipo, com um espírito de amizade, solidariedade e *fair play*” (COI, 2016). O Movimento Olímpico é formado pelo COI (autoridade suprema do Movimento), as federações internacionais e os Comitês Olímpicos Nacionais. Conta com uma carta régia, a qual apresenta princípios fundamentais e regras, e

²⁴ Tradução nossa do original: “The increasing significance of sport as an aspect of the domestic and international political agenda has created the conditions in which national sports organizations can potentially play a more proactive role in policy-making and implementation.”

um estatuto, que são aplicados pelo COI e cujo cumprimento é condição para os países que desejam sediar os Jogos Olímpicos (COI, 2016).

Desde que os Jogos Olímpicos foram banidos pelo Imperador Romano cristão Theodosius, devido a ser considerada uma cultura pagã, houve quatro tentativas falhas de reconstruir os Jogos. Foi na quinta tentativa que houve o ressurgimento das Olimpíadas (KRÜGER, 1999). Esta se deu pela grande visão do francês Pierre de Coubertin, após ser enviado para a Inglaterra, com o objetivo de estudar a educação física inglesa – que era dominante à época, além de razões políticas, demonstrando a ligação entre o esporte e as relações internacionais.

No espírito de dominação francesa do mundo técnico, artístico e intelectual, enquanto ao mesmo tempo era humilhada no mundo físico e esportivo, o jovem Pierre de Coubertin (1860-1937) foi enviado à Inglaterra para estudar a educação física inglesa para ver o que poderia ser adaptado para a França, o que *'la grande nation'* poderia ter de aprendizado com os britânicos, além de dividir o mundo que ainda seria conquistado, e, eventualmente, obter a Alsásia-Lorena de volta da Alemanha (KRÜGER, 1999, p.3, tradução nossa).²⁵

Pierre de Coubertin acreditava que a prática esportiva devia ser estimulada, especialmente entre os jovens. Além disso, era interessante que houvesse uma organização internacional de jogos esportivos que ajudasse a promover a paz entre as nações. Vale ressaltar seu interesse nas teorias do pedagogo inglês Thomas Arnold, segundo Vasconcellos (2011, p.56) este “Confiava ser possível evitar o envolvimento dos jovens com reformas sociais através da prática intensa de exercícios físicos.”

Devido às suas crenças, seu grande entusiasmo e ao seu interesse em superar a Inglaterra em campo esportivo²⁶, a partir de 1892 o Barão de Coubertin passou a incluir em seus discursos o desejo de trazer de volta os Jogos Olímpicos, e a dialogar com outros países para testar se uma proposta para reviver os Jogos Olímpicos de maneira internacional seria aceita. No ano de 1984, convocou uma conferência internacional na Sorbonne, em Paris, com o intuito de definir as regras amadoras internacionalmente, e inseriu no debate do congresso a temática dos Jogos Olímpicos, buscando já definir uma data para seu início (KRÜGER, 1999).

²⁵ Tradução nossa do original: “In this spirit of French domination of the technical, artistic and intellectual worlds, while at the same time being humiliated in the physical and sporting world, young Pierre de Coubertin (1860–1937) was sent to England to study English physical education to see what could be transferred to France, so that *la grande nation* could catch up with the British, have a share in the world yet to be conquered, and eventually get Alsace-Lorraine back from Germany.”

²⁶ “Como secretário da Federação Atlética da França, e técnico de um clube esportivo de Paris, ele percebeu o quão difícil era competir na Inglaterra com as regras inglesas” (KRUGER, 1999, p. 4, tradução nossa).

O Barão de Coubertin já havia planejado tudo, e pretendia iniciar as Olimpíadas de forma triunfal no ano de 1900, em Paris, na França. Entretanto, os gregos que foram até Paris reivindicaram o direito de sediar a retomada dos Jogos Olímpicos, argumentando que a tradição olímpica advinha dos Jogos Helênicos, que eram disputados na Grécia, e portanto, os Jogos Olímpicos Modernos deveriam ressurgir na Grécia. Coubertin, apesar de seu entusiasmo para que os Jogos fossem realizados na França, acordou com os gregos que a primeira Olimpíada da Era Moderna seria realizada em Atenas, no ano de 1896, e em Paris, no ano de 1900. Na ocasião, ainda fora definido um presidente para o COI, o então novo organismo Olímpico, sendo o poeta grego Bikelas o nome escolhido para assumir o cargo. O Barão de Coubertin foi nomeado como o primeiro Secretário-Geral deste novo organismo (VASCONCELLOS, 2011).

Para Coubertin, o renascimento do Movimento Olímpico de forma internacional representava muito mais do que apenas a prática de esportes. Para ele, os Jogos tinham um importante papel na sociedade internacional, pois eram capazes de construir uma harmonia entre as nações e evitariam a guerra na Europa (VASCONCELLOS, 2011). As aspirações de Coubertin não puderam ser sustentadas em todos os momentos da história. Os Jogos trouxeram por anos a ideia de união, harmonia e cooperação entre os países, mas era algo um tanto ideológico a ideia de que os esportes poderiam evitar todos os conflitos no mundo. Os Jogos Olímpicos não resistiram aos grandes conflitos mundiais e tiveram de ser cancelados no ano de 1916, devido à Primeira Guerra Mundial, e nos anos de 1940 e 1944, em virtude da Segunda Guerra Mundial (KRÜGER, 1999).

Apenas três meses após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Comitê Olímpico Internacional se mobilizou para preparar a próxima edição dos Jogos, que se reiniciaram e tiveram continuidade mesmo durante o turbulento período da Guerra Fria, quando o esporte transformou-se em arena para a disputa ideológica, e medalhas olímpicas transformaram-se em moeda no mercado ideológico. Também superaram-se os boicotes sucessivos, liderados pelas duas maiores potências políticas, econômicas e esportivas da época (VASCONCELLOS, 2011). Desta forma, os Jogos Olímpicos completaram no Rio de Janeiro em, 2016, sua vigésima apresentação sem interrupções.

Como será visto com mais detalhes nas seções seguintes, os megaeventos esportivos evoluem cada vez mais no contexto internacional e possuem grande notoriedade e visibilidade mundial. Em decorrência disto, vem ocorrendo a instrumentalização política das manifestações esportivas, para divulgação internacional dos países, expressão de ambições políticas e retaliações. O Movimento Olímpico é um dos grandes responsáveis por esta

expansão do esporte no mundo. Segundo Vasconcellos (2011, p. 22), os Jogos Olímpicos “mobilizam corações, mentes e ‘holofotes’, traduzindo, portanto, cenário de mídia contundente procurado pelos países para o lançamento de imagens, a projeção de valores e a prevalência de interesses.”

2.2 ESPORTE E SEU USO POLÍTICO

A internacionalização do esporte elevou o nível de interesse da sociedade por ele, e conseqüentemente os chefes de Estado perceberam a potencialidade que o esporte possui na dimensão política, o que gerou a intensificação de sua interface diplomática. Através do esporte, os países podem expressar suas ideologias, ora sendo um catalisador para boas relações com outras nações, e de identidade nacional, ou o inverso, expressando as diferenças entre os países.

2.2.1 Esporte como ferramenta de aproximação e identidade das nações

O esporte como uma ferramenta de aproximação entre países é algo relativamente pouco explorado, apesar de possuir muito poder de influência. Como vimos no primeiro capítulo, o esporte e a diplomacia são temas que estão cada vez mais interligados. Através da diplomacia esportiva, podem-se reduzir as desavenças, promovendo o diálogo entre nações que dificilmente dialogariam de outra forma. Além do mais, o esporte e a diplomacia possuem instituições que são de natureza universal, e sua mistura pode resultar em valores positivos para difíceis relações políticas, como tolerância, respeito mútuo, disciplina, e o chamado “espírito esportivo” (MURRAY, 2012).

Entre outras razões, o esporte desperta interesse dos Estados devido a seu relativo baixo custo e facilidade de implementação, pois a diplomacia esportiva não exige investimento na formação de diplomatas; os diplomatas, aqui, são atores do esporte. Por exemplo, “[a] diplomacia do futebol só necessita de um objeto redondo e dois postes em lados opostos de um campo para ser colocada em prática [...]. Portanto, a diplomacia esportiva pode ser conduzida diretamente com pouca necessidade de novos financiamentos” (LAVERTY, 2010, p. 1-2, tradução nossa).²⁷

Podemos observar através das Olimpíadas de Sydney (2000) como o esporte pode auxiliar na aproximação diplomática. Na ocasião, houve desfile conjunto das delegações das

²⁷ Tradução nossa do original: “football diplomacy only requires that a round object and two sticks at opposite ends of a field to be conducted. [...] Thus, Sports Diplomacy could be conducted straight away with little need for new funding.”

Coreias do Sul e do Norte. Esta aparição simbólica das duas delegações em harmonia espelhou a política pacificadora do então presidente sul-coreano Kim Dae-Jung, posteriormente condecorado com o Prêmio Nobel da Paz em decorrência do seu papel decisivo na retomada da aproximação entre os dois países. Portanto, a arena esportiva pode propiciar, e representar, mesmo que simbolicamente, uma aproximação entre países que estão em conflito (VASCONCELLOS, 2011).

Laverty nos traz outro exemplo emblemático da diplomacia esportiva: a reaproximação entre EUA e China através de um encontro propiciado por uma partida de tênis de mesa, que ficou conhecida como a Diplomacia do Ping-Pong.²⁸ Griffin (2014, p.58 apud PAULINO, 2015, p.23) lembra que:

Ao nível diplomático, um encontro entre os dois países era considerado impossível. Mao teria sido vexado pelos radicais esquerdistas de seu partido por aproximar-se diretamente dos americanos, da mesma forma que Richard Nixon teria sido acusado de traição pela direita republicana por fazer um aceno de reconciliação para os chineses. Mas os primeiros passos entre as duas distantes nações não foram dados pelos políticos; eles foram conduzidos por jogadores de ping-pong.

O esporte é uma ferramenta diplomática utilizada não só por países, mas também por organismos internacionais. A ONU, por exemplo, designa Embaixadores da Paz e da Boa Vontade, em sua maioria atletas renomados, como Pelé, Ronaldo, Gustavo Kuerten e Muhamed Ali. Estes são escolhidos para liderarem campanhas em prol de várias temáticas relevantes, como campanhas para a erradicação da pobreza e em favor da paz mundial. Por exemplo, em 1999 o jogador Ronaldo visitou a região da então província sérvia separatista de Kosovo, o que permitiu uma trégua momentânea nas batalhas e promoveu os esforços de pacificação na região. O episódio mostra como a popular imagem dos esportistas pode ser utilizada em benefício de uma causa diplomática (VASCONCELLOS, 2011).

O esporte também pode reforçar, ou renovar, a identidade nacional de um país. O reflexo de uma vitória ou derrota no campo esportivo causa imensa comoção ou alegria em um país, representa uma identificação pessoal com seu país. Quanto mais popular é uma modalidade esportiva em um país, maior é o seu potencial para promover e reforçar o sentido de identidade nacional (VASCONCELLOS, 2011; CHA, 2016).

²⁸ Após o convite do time de ping pong chinês, em um torneio japonês, os membros da equipe norte-americana de ping pong tornaram-se os primeiros americanos convidados a visitar a China desde a revolução comunista em 1949. No dia em que os americanos foram recebidos com um banquete no Grande Salão do Povo e brindou com o Premier chinês Chou En- lai, os Estados Unidos anunciaram que o embargo comercial de 20 anos com a China seria removido. Citando o Premier: 'Nunca antes na história tem um esporte sido usado de forma tão eficaz como uma ferramenta da diplomacia internacional' (LAVERTY, 2010).

Para Cha (2016, p. 146, tradução nossa), o esporte pode ser um mecanismo que possibilita a renovação de um país, ou seu renascimento. Em suas palavras: “É através de mecanismos de ‘national-building’, afirmando a independência e *soft power*, que o esporte pode tornar-se uma forma de representar o ‘nascimento’ ou ‘renascimento’ de uma nação”.²⁹

A vibração de uma torcida pelos atletas e seleções de seu país é algo que dificilmente se vê em outras formas de representação. Por exemplo, nas Olimpíadas de Londres (2012) o orgulho nacional dos britânicos cresceu exponencialmente.³⁰ E, nas olimpíadas de 1956, 1960 e 1964, um time unificado da Alemanha representou as aspirações da criação de um senso de unidade entre a Alemanha Oriental e Ocidental, separadas pelo muro no período da Guerra Fria (CHA, 2016).

Além disto, o esporte pode ser um modo pacífico da afirmação de independência de uma nação no sistema internacional, mesmo que de forma auxiliar. Na Europa, por exemplo, o esporte irlandês fazia oposição às regras inglesas por mais de um século. Já em 1884, a Associação Atlética Gaélica (GAA) foi fundada para promover os esportes gaélicos tradicionais, criando incentivos para reviver os esportes tradicionais irlandeses, e resistindo a esportes ingleses (SCHARENBERG, 2004).

Na Olimpíada de Atenas (1906) o atleta irlandês Peter O’Connor compareceu ao evento, mesmo inscrito pela Grã-Bretanha (pois a Irlanda não possuía Comitê Olímpico). Entretanto, ao conquistar a medalha no salto triplo, o atleta se dirigiu para receber a medalha com a bandeira da Irlanda nas mãos e deslizou o mastro da bandeira durante a cerimônia de premiação para retirar a bandeira britânica e tremular a bandeira irlandesa em protesto. O esporte se tornou um importante símbolo da independência política irlandesa e resistência durante o século XX (HOULIHAN, 1994 apud CHA, 2016).

2.2.2 Esporte como ferramenta para afirmação das diferenças

No século XX, a influência do esporte nas relações internacionais foi marcada pelo uso do esporte para representar disputas políticas, uma arena onde se podia demonstrar superioridade de uma nação ou regime, ou seja, tinha um caráter de representações político-ideológicas, onde a não participação em eventos esportivos também possui seus significados políticos.

²⁹ Tradução nossa do original: “It is through the mechanisms of nation-building, asserting independence, and soft power that sport can become a way to represent the birth or rebirth of a nation.”

³⁰ Segundo uma pesquisa pós-Olimpíadas de Londres, a associação da sociedade com a bandeira do Reino Unido que era de 10% aumentou para 84%, número que fica atrás apenas 1% do vínculo com a monarquia. (KOBIERCKI, 2013).

As vitórias no campo esportivo podem representar muito mais do que superioridade no esporte.³¹ Desta forma, a melhor maneira de se demonstrar tal supremacia, é buscar o primeiro lugar na tabela de medalhas nos Jogos Olímpicos, pois reúne diversas modalidades do esporte, possui grande visibilidade mundial e gera grande repercussão midiática (KOBIERCKI, 2013).

As vitórias esportivas são utilizadas para demonstrar superioridade política, principalmente pelas grandes potências.³² Entretanto, os países em desenvolvimento estão cada vez mais adotando políticas de incentivo ao esporte para subir no quadro de medalhas olímpicas. Desta forma, segundo Vasconcellos (2011), aponta que nações menores ou minorias oprimidas intervêm em competições esportivas de grande visibilidade, para aproveitar a repercussão e o interesse da opinião pública internacional para anunciar ao mundo suas realizações ou reivindicações.

A explicação para a busca de vitórias no quadro de medalhas é relativamente simples. É muito difícil ter sucesso esportivo em escala mundial e, principalmente, em diversas modalidades. Uma vitória nas Olimpíadas – salvas algumas exceções onde, por exemplo, uma vitória ocasional pode advir de tradições extraordinárias em esportes específicos, como a Jamaica na corrida de curta distância, ou o Quênia e a Etiópia nas corridas de longa distância (KOBIERCKI, 2013) –, não é conquistada sem elevados investimentos e um número grande de profissionais envolvidos no processo de treinamento. Portanto, não são todos os países que são capacitados para alcançar um alto patamar nas disputas esportivas. Exemplo disto, o Reino Unido investe massivamente no esporte, principalmente após seu planejamento de sediar os Jogos Olímpicos de 2012, com o objetivo de promover sua imagem internacionalmente e defender seus interesses no campo internacional através do esporte, tanto em termos de desempenho dos atletas e quanto em termos da capacidade de sediar grandes eventos esportivos (BEACOM, 2004).

A definição do poder de um país pelas suas capacidades esportivas pode ser incompleta, mas vale ressaltar que não é todo país que atinge um alto patamar nos esportes. Portanto, a tabela de medalhas Olímpicas pode ser uma forma interessante de representar o poder de um país.

³¹ “As vitórias representam a validação de um lugar no mundo. Ou simbolizam um ponto no qual a nação quer elevar-se” (CHA, 2016, p. 141, tradução nossa).

³² Os países desenvolvidos têm usado o esporte como uma representação de sua inteligência e poder por aproximadamente 100 anos. As vitórias nos Jogos Olímpicos são utilizadas como propaganda desde o último século para fortalecer a imagem de um país (LAEVRTY, 2010).

Em 1936, os Jogos Olímpicos foram sediados pela Alemanha nazista de Adolf Hitler. Era imprescindível para o chefe de Estado que a Alemanha obtivesse o maior número de vitórias nos Jogos. Com 33 medalhas de ouro, superando os norte-americanos por 9 medalhas, a Alemanha nazista buscava promover o seu regime e, principalmente, para Hitler, mostrar a superioridade da raça ariana (KOBIERCKI, 2013).

Nos anos de Guerra Fria, a disputa pelo ouro olímpico ganhou alta relevância para os países. A disputa entre Estados Unidos e sua democracia liberal, e União Soviética representando o comunismo, atingiu também o campo esportivo. Os dois países batalhavam em campo esportivo para demonstrar superioridade, e seus governantes demandavam vitórias em um conflito onde ambos possuíam armas nucleares e uma guerra de fato era difícil de imaginar devido à grande destruição que causaria (HOULIHAN, 2004; VASCONCELLOS, 2011; KOBIERCKI, 2013).

Esta disputa começou nas Olimpíadas de Helsinki, quando a URSS começou a disputar os Jogos Olímpicos, e perdurou nos anos subsequentes (KOBIERCKI, 2013). Os países disputavam acirradamente por cada medalha de ouro, e pelo primeiro lugar no quadro geral, como é demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Quadro de medalhas dos EUA e URSS nas Olimpíadas durante a Guerra Fria

| Jogos Olímpicos | Ranking dos EUA | Nº de Medalhas dos EUA | Ranking da URSS | Nº de Medalhas da URSS |
|------------------|-----------------|------------------------|-----------------|------------------------|
| Helsinki 1952 | 1º | 40-19-17 | 2º | 22-30-19 |
| Melbourne 1956 | 2º | 32-25-17 | 1º | 37-29-32 |
| Roma 1960 | 2º | 34-21-16 | 1º | 43-29-31 |
| Tóquio 1964 | 1º | 36-26-28 | 2º | 30-31-35 |
| México 1968 | 1º | 45-28-34 | 2º | 29-32-30 |
| Munique 1972 | 2º | 33-31-30 | 1º | 50-27-22 |
| Montreal 1976 | 3º | 34-35-25 | 1º | 49-41-35 |
| Moscou 1980 | Não participou | | 1º | 80-69-46 |
| Los Angeles 1984 | 1º | 83-61-30 | Não participou | |
| Seul 1988 | 3º | 36-31-27 | 1º | 55-31-46 |

Notas: Em 1980 houve o boicote por parte dos EUA em repúdio à invasão soviética ao Afeganistão. Em 1984 foi a vez da URSS ter a autoria do boicote, alegando falta de segurança aos seus atletas em território norte-americano.

Fonte: Kobierecki (2013).

Até os dias de hoje, as medalhas Olímpicas são almeçadas pelos países para demonstrar sua superioridade. Atualmente, a China talvez seja o país que mais tenha intensificado suas ações para promover o esporte, buscando demonstrar sua superioridade em diversos espectros. Em 2008, nas Olimpíadas de Pequim, pode-se notar um incrível desempenho dos atletas chineses, os quais acabaram por conquistar o primeiro lugar geral no quadro de medalhas. Isto ocorreu devido ao incentivo do governo chinês através de programas voltados para o treinamento esportivo e massivos investimentos na área (KOBIERCKI, 2013). O objetivo era tanto esportivo quanto político; vencer no quadro de medalhas significava derrotar os Estados Unidos, a grande potência mundial que vencera nos anos anteriores.³³

Já na realização das Olimpíadas de Londres (2012) a Grã-Bretanha representou outro exemplo da busca por vitórias nos Jogos Olímpicos com intenções políticas. Entretanto, não aparentou a busca de superar uma nação em particular. Da mesma forma que a China, a Grã-Bretanha investiu massivamente³⁴ no esporte para os Jogos realizados em seu território. Porém, o objetivo britânico pareceu ser bem diferente do chinês. Em 2012, a Grã-Bretanha pareceu estar mais interessada na obtenção do orgulho nacional; de fato, a ligação da sociedade com a bandeira da Grã-Bretanha subiu de 10% para 84% após a realização das Olimpíadas de Londres (KOBIERCKI, 2013).

Assim como as vitórias em âmbito esportivo, a não participação em eventos esportivos de caráter internacional também pode significar uma representação político-ideológica, os chamados “boicotes”. Como lembrado por Varejão (2006, p. 146) “todos os Jogos Olímpicos realizados durante a Guerra Fria foram boicotados por pelo menos um país”.

Os boicotes Olímpicos estiveram sob os holofotes da sociedade internacional principalmente na década de 80, quando a não participação em Jogos Olímpicos foi protagonizada pelos dois maiores envolvidos na Guerra Fria, EUA e URSS. No ano de 1980, os Jogos Olímpicos foram realizados em Moscou, após grande disputa pelo pleito de sediá-los, o que culminou no boicote dos Estados Unidos e de mais de 60 países, em sua maioria apoiadora do bloco capitalista, usando de argumento a invasão soviética ao Afeganistão em 1979 (VASCONCELLOS, 2011; KOBIERCKI, 2013).

³³ No país, os atletas mais promissores foram enviados para locais especiais onde poderiam se preparar para as Olimpíadas com auxílio de cientistas e técnicos. Tudo foi guiado com por um sistema esportivo de elite chamado Juguo Tizhi, que foi baseado no antigo modelo Soviético (Hong, Wu) (KOBIERCKI, 2013).

³⁴ Uma quantidade massiva de dinheiro foi investida na preparação dos esportes Olímpicos. Antes das Olimpíadas de Pequim 2008 o investimento esteve entre 235 e 265 milhões de Libras esterlinas, enquanto para as Olimpíadas de 2012, os britânicos investiram 264 milhões de Libras esterlinas [...] Como resultado, em Pequim a Grã-Bretanha ficou em 4º lugar com 19 medalhas de ouro, enquanto em Londres foram ainda melhor, terminando na 3ª posição com 29 medalhas de ouro e 65 no total (KOBIERCKI, 2013, p. 59, tradução nossa).

Quatro anos após os Jogos de Moscou, a cidade de Los Angeles sediou os jogos, com inversão de papel na autoria do boicote. Em 1984, foi a vez dos soviéticos não participarem dos Jogos. Como justificativa, alegaram a falta de segurança a seus atletas dentro do território norte-americano. Como havia ocorrido em 1980 com os aliados ocidentais, agora foram os países que faziam parte do bloco socialista os quais também não compareceram às Olimpíadas (VASCONCELLOS, 2011).

Antes dos boicotes relacionados nitidamente a disputa ideológica entre URSS e EUA, em 1976 outro importante boicote foi aplicado por diversos países contra o regime segregacionista (apartheid) na África do Sul. Neste ínterim, estes eventos esportivos proporcionaram uma grande oportunidade de visibilidade para os países, oportunidade esta que não passou despercebida pelos países que eram contrários ao apartheid nos países africanos. Ou seja, o esporte serviu de amplificador para a projeção internacional dos protestos africanos contra o regime de segregação racial que sofriam as nações africanas (LAVERTY, 2010).

Em 1986 temos outro exemplo onde o campo esportivo foi utilizado para expressar repulsa a ações no campo político através de boicotes em eventos esportivos. O boicote aos Jogos Olímpicos da Comunidade Britânica (*Commonwealth Games*), que fora realizado em julho de 1986 na cidade de Edimburgo, ganhou vários adeptos, protestando contra a relutância do governo da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher em adotar sanções econômicas e comerciais contra a África do Sul (LAVERTY, 2010).

Portanto, principalmente no contexto da Guerra Fria, os países perceberam que os boicotes eram uma importante oportunidade de ação que não expressava violência para atingir objetivos políticos. Como os megaeventos esportivos tinham já grande relevância na sociedade internacional, e possuíam visibilidade mundial, os países escolhiam estes eventos esportivos internacionais, principalmente as Olimpíadas, para expressar a sua opinião contrária a regimes ou ações políticas de outros países.

Com o esporte ganhando cada vez mais audiência e visibilidade, também passou a gerar grande movimentação na economia internacional, sendo uma das formas mais lucrativas para investidores em propaganda. Desta forma, o mundo político também observou as oportunidades econômicas e de projeção internacional que o esporte pode proporcionar.

Neste sentido, a partir do século XXI, foram alterados os propósitos do esporte como ferramenta diplomática. Diminuiu-se o uso do esporte como um mecanismo para representar disputas de caráter político e houve um aumento do uso dos megaeventos esportivos para inserção/projeção no sistema internacional, inclusive no âmbito econômico. Nesse contexto,

houve o aumento da participação de países em desenvolvimento no uso do esporte com o objetivo de ascender no sistema internacional, na busca de maneiras alternativas de ganhar prestígio internacional, visibilidade e influência (LAVERTY, 2010).

Sediar megaeventos esportivos pode trazer grandes benefícios sociais e econômicos. Entretanto, organizar os eventos mais populares do esporte, como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, não é uma tarefa simples. Assim, entende-se que apenas países que acumulam determinadas capacidades são capazes de sediar tais eventos. A seguir veremos de forma mais detalhada a importância diplomática dos megaeventos esportivos.

2.3 MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E SUAS OPORTUNIDADES

Os megaeventos esportivos possuem grande dimensão na sociedade atualmente.³⁵ Os principais megaeventos esportivos são os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol. Sua dimensão é tamanha que não há nenhum outro evento que reúna tantos países e que atraia tanta atenção do público e da mídia internacional; suas transmissões são assistidas por bilhões de espectadores. As competições são momentos nos quais os olhos do mundo todo se voltam para assisti-las e, deste modo, para os locais que sediam estes eventos.

Em especial, os Jogos Olímpicos Modernos possuem tamanha dimensão e geram um nível tão alto de atividade econômica em torno de si que fizeram com que a disputa pela oportunidade de organizar/sediar os Jogos se tornasse cada vez mais competitiva (BEACOM, 2004). A visibilidade mundial se torna um enorme atrativo comercial, fazendo com que patrocinadores paguem fortunas para agregar suas marcas aos eventos, bem como a mídia internacional, na busca pela exclusividade de transmissão.

Estes eventos têm cada vez maior importância para as relações internacionais, envolvendo diversos atores que não do meio político, como times, atletas, torcedores, países, federações, confederações, empresas privadas, organizações não governamentais como a FIFA, a Agência Mundial Antidoping (WADA) e o COI (PAULINO, 2015).

Os megaeventos esportivos são uma ótima oportunidade para deixar uma mensagem para a comunidade internacional e talvez o principal objetivo para os países e/ou cidades que decidem organizar tais eventos esportivos. Por vezes, fica explícita a intenção dos organizadores destes eventos de organizar o melhor evento de toda a história. E, considerando

³⁵ Today, the Games, along with other sport mega-events, are the focus of high-profile, high-stakes competitions among many of the world's great cities and aspiring world cities, strongly supported by regional and national governments and their political leaders (BLACK; PEACOCK, 2013).

as dificuldades existentes para sediar tais eventos, provam a potencialidade e capacidade que o país que os sedia possui (KOBIERCKI, 2013).

Os Jogos de Berlim (1936), organizados pela Alemanha nazista, talvez tenham sido a primeira vez em que ficou evidente a tentativa de mostrar para o mundo uma superioridade organizando tal megaevento. O governo não democrático alemão realizou enormes investimentos em infraestrutura e arquitetura. Os Jogos Olímpicos de Pequim (2008) e de Moscou (1980) são apresentados pela literatura como possuindo similaridades com o caso alemão. Ambos teriam sido organizados por países “não democráticos”, e almejava-se organizar o melhor evento Olímpico da história para provar/afirmar que são grandes potências (ARNAUD; RIORDAN, 2003).

Analisando os discursos dos chefes de Estado, percebemos a importância que é dada aos megaeventos esportivos. Quando Pequim sediou os Jogos Olímpicos de 2008, os chineses retrataram os Jogos como a representação de três décadas de modernização chinesa que remonta a Deng Xiaoping. Em 2014, o primeiro ministro Shinzo Abe, comemorou a vitória de Tóquio pela disputa das Olimpíadas de 2020, afirmando que esta seria “[u]m importante catalisador através do qual o Japão nascerá de novo.” Quando a Rússia venceu a disputa pela organização dos Jogos Olímpicos de Inverno (Jogos de Sochi), o Presidente Vladimir Putin, declarou: “A Rússia está de volta” (CHA, 2016).

Estes eventos representam uma importante forma de promover o país e/ou cidade que os sedia, transformando-os em uma marca. O desejo em se tornar sede dos Jogos Olímpicos está ligado ao senso de promoção de sua própria imagem e orgulho de seus cidadãos, através da imagem que o país sede quer apresentar ao mundo (CHA, 2016). Os megaeventos esportivos também têm um enorme potencial econômico para os países que sediam tais eventos, pois representam uma possibilidade de mostrar-se para o mundo, gerar empregos, atrair investimentos, modernizar a infraestrutura urbana, melhorar os sistemas de transportes, segurança etc. As cerimônias de abertura e encerramento destes eventos são um momento único, no qual o país organizador tem a oportunidade de mostrar para o mundo sua história, seus valores e suas conquistas.

os governos dos países que se candidatam a sediar esses eventos o fazem, portanto, porque têm consciência de que são oportunidades únicas no espaço de uma geração ou mais para construir, modificar e projetar a imagem internacional de seus países com o propósito de aumentar sua influência no mundo: o chamado *soft-power* ou poder brando [...] com o propósito de divulgar e tornar aceitos seus valores, sua cultura, atrair investimentos, abrir mercados para suas empresas e, sobretudo, tornar aceito seu poder econômico e militar (PAULINO, 2015, p. 30).

No artigo “*Place branding sports: Strategies for differentiating emerging, transitional, negatively viewed and newly industrialised nations*”, o professor Irving Rein e Ben Shields (2007) apresentam uma visão da forma como o esporte, e mais especificamente, os megaeventos esportivos, são importantes para a construção de uma imagem atrativa de um país para se posicionar no mercado global, o qual está cada vez mais competitivo.

Rein e Shields (2007) apontam que a indústria do esporte está em constante avanço, e que os gestores de “*place branding*” devem se ajustar e capitalizar-se naquilo que se tornou um paradigma cada vez mais crescente – a economia do esporte. Neste sentido, sediar um evento esportivo é atualmente a melhor prática de um Estado relacionado à propaganda através do esporte. Os autores apontam o caso Chinês, na Olimpíada de 2008, como exemplo desta oportunidade gerada.³⁶ Historicamente, os países têm visto estas oportunidades como janelas para a sua economia, cultura, saúde etc. (REIN; SHIELDS, 2007).

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esporte atualmente exerce diversas funções fundamentais na sociedade: função social, econômica e política. O esporte passou a gerar maior impacto nas relações internacionais após a Primeira Guerra Mundial, contando também com a evolução tecnológica dos meios de comunicação e transportes, os quais foram elementos essenciais para o processo de promoção do esporte em escala mundial. Se, nas primeiras décadas, o esporte foi utilizado como ferramenta política, nas últimas décadas as oportunidades econômicas que o esporte gera emergiram como um relevante fator para a evolução do esporte e sua utilização como instrumento diplomático.

Mostramos neste capítulo alguns casos em que o esporte proporcionou reaproximações de Estados, onde foi utilizado para demonstrar lutas pela independência política, ou usado em disputas políticas, através dos boicotes e vitórias no campo esportivo, ou simplesmente foi impulsionador para a criação e/ou ampliação de identidade nacional. Todos os casos apresentados são apenas parte de tantos outros que houve na história, os quais podem comprovar a ligação mútua existente entre o esporte e as relações internacionais, demonstrando a importância de estudos nesta temática.

³⁶ Um exemplo convincente, onde se aproveitou dos megaeventos esportivos para promover-se, foi a decisão do governo chinês de buscar, e finalmente, sediar as Olimpíadas de 2008. Os chineses estavam determinados a usar as Olimpíadas como uma janela no seu progresso de um país do terceiro mundo para uma poderosa economia livre. Ao fazer isto, eles estão construindo novas instalações desportivas, infraestrutura pública de transporte... (REIN; SHIELDS, 2007, p. 78, tradução nossa).

O capítulo seguinte trará o estudo de caso brasileiro durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, o qual também buscou aproveitar das oportunidades geradas pela grande visibilidade do esporte no mundo atualmente. Assim, veremos no seguinte capítulo como o esporte foi um instrumento para a efetivação da política externa brasileira durante o Governo Lula, em paralelo a outros mecanismos, baseado na ideia pilar do governo e da figura presidencial de expressar maior presença no cenário mundial.

3 DIPLOMACIA E ESPORTE NO BRASIL DURANTE O GOVERNO LULA

Vimos no capítulo anterior que o esporte pode representar uma mistura de diferentes interesses, não só dos Estados Nacionais, mas de organizações internacionais e empresas privadas, visto que este pode transmitir uma ideia de prestígio, de status, de nacionalismo, de disputas, de diplomacia, de paz e cooperação. Feito isto, podemos entrar em um caso específico do uso do esporte na política externa de um país.

Historicamente, os governos brasileiros já buscavam estimular a prática esportiva e desenvolvimento do esporte de alto rendimento, mas mais como uma questão social. Neste aspecto, os governos buscavam no esporte uma ferramenta para inserção social participativa, integração nacional amplificada, incentivos complementares entre órgãos responsáveis, produção industrial, emprego, renda e desenvolvimento (VASCONCELLOS, 2011).

A utilização do esporte no campo político também foi percebida em governos anteriores de diversas maneiras. Durante o governo autoritário de Médici, por exemplo, a Copa de 70 foi utilizada pelo regime militar com o objetivo de encobrir a repressão e de buscar popularidade que legitimaria o regime de exceção perante os críticos, internos e externos. Além disso, nas décadas de 60 e 70 a relação de intercâmbio entre países estimulada pelo esporte pôde ser evidenciada pelo papel do futebol brasileiro nas relações entre o Brasil e vários países da África. O futebol brasileiro e o nome do jogador Pelé popularizaram o Brasil como símbolos da grandeza do país, e logo depois empregados produtivamente por empresas brasileiras para internacionalizar propaganda e atividades comerciais (GUTERMAN, 2004; VASCONCELLOS, 2011).

Entretanto, o aspecto da projeção da imagem brasileira através do esporte, além da aproximação com outros países, só ganhou magnitude com o Governo Lula, ao buscar mais mecanismos, envolver mais órgãos e atores nacionais e proporcionar mais incentivos e insumos para um ambiente propício para a utilização do esporte como ferramenta diplomática. Assim, preencheu-se mais substantivamente a grande oportunidade proporcionada pelo esporte: sua utilização potencial para projeção de imagem positiva do país (VASCONCELLOS, 2011).

Este capítulo tem como objetivo apresentar o estudo de caso da diplomacia esportiva brasileira, apresentando seus propósitos, atores e instrumentos, com foco no Governo Lula. O capítulo será estruturado em duas seções. A primeira seção apresenta um panorama geral da política externa brasileira nos governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com o intuito de contextualizar a diplomacia esportiva buscada por este governo. Portanto, esta seção traz uma

abordagem mais histórica e descritiva, apresentando a política externa engajada e ativa praticada entre os anos de 2003 e 2010.

A segunda parte do capítulo mostra os aspectos da instrumentalização da diplomacia esportiva no Governo Lula, também conhecida como a “diplomacia da bola”.³⁷ A seção apresenta atores envolvidos, bem como os instrumentos utilizados pelo governo para sua efetivação. Reflete-se sobre a relevância dos megaeventos esportivos para as políticas de prestígio internacional através do esporte. A seção ainda traz outro importante instrumento utilizado nesta política, a cooperação desportiva. Apresenta-se a Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva, responsável por fortalecer parcerias diplomáticas e por contribuir para a atração e para a realização de megaeventos esportivos no Brasil. Também será feita uma sistematização de acordos na área de cooperação desportiva, extraindo algumas conclusões pertinentes para este estudo de caso.

3.1 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO GOVERNO LULA

Há diferentes formas de se analisar a política externa brasileira no período 2003-2010. Diversos autores a contrapõem à política externa do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, buscando identificar as divergências entre os governos, considerando como uma mudança em relação ao que vinha sendo adotado no governo anterior (LIMA, 2005; ALMEIDA, 2006; CERVO, 2008;).

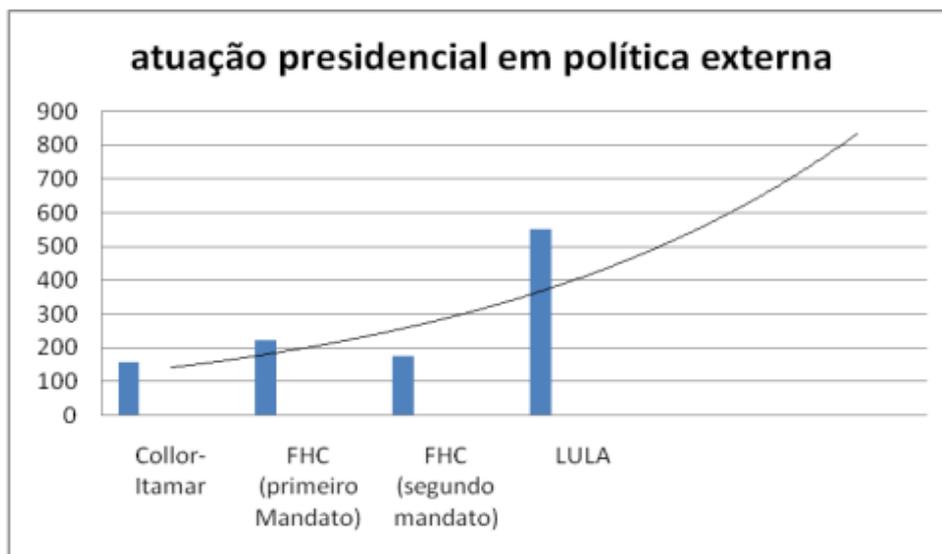
Tratando do Governo Lula como uma ruptura, Lima (2005) identifica no Governo Cardoso um modelo de credibilidade, e no Governo Lula, um modelo de autonomia. Aponta que “[a] principal diferença entre os dois governos é de perspectiva, da visão da ordem internacional de cada um deles” (LIMA, 2005, p. 12). Além disto, também há interpretações que apontam divergência entre dois governos em seus posicionamentos a respeito do multilateralismo. O Governo Cardoso teria sido caracterizado por uma ênfase à obediência; já o Governo Lula enfatizou a participação ativa na criação das regras (CERVO, 2008). O discurso de Lula também buscou destacar que seu governo representaria a mudança.³⁸

³⁷ O termo “diplomacia da bola” foi utilizado pela mídia, mas também passou a ser um termo cunhado pelo Governo.

³⁸ Por exemplo, em seu discurso na sessão de posse no Congresso Nacional, Lula afirmou: “Mudança; esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. [...] Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. [...] Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista (BRASIL, 2008).

Uma das características da política externa do Governo Lula foi sua intensa participação e atividade na mesma, caracterizando uma forte diplomacia presidencial.³⁹ Figueira (2009) traz uma análise sobre os aspectos evolutivos da atuação presidencial em política externa que demonstram uma tendência de alta progressiva, tendo o presidente Lula com a atuação mais expressiva, como demonstrada na Figura 1. Para chegar a este resultado, Figueira (2009) analisou os discursos proferidos sobre política externa, participação presidencial em reuniões multilaterais, visitas oficiais recebidas de Chefes de Estado e visitas realizadas ao exterior.

Figura 1 – Atuação presidencial em política externa



Fonte: Figueira (2009).

De modo a desvincular-se das medidas do governo anterior, Lula e seu partido preferiram, contudo, não utilizar o conceito de “Diplomacia Presidencial”, passando a utilizar o termo “Ativismo Diplomático”.⁴⁰

A diplomacia presidencial ganhou relevância pela imagem positiva difundida internacionalmente, sendo essencial para ressaltar posicionamentos afirmativos do Brasil em compromissos com o desenvolvimento, justiça e equidade social a nível global (SOUZA NETO, 2011).

³⁹ “Diplomacia Presidencial se configura a partir do momento em que o presidente extrapola a condução institucional e avança para um papel mais ativo na concepção e execução da política externa do país” (BARNABÉ, 2010, p.36).

⁴⁰ Este ativismo e a altivez do Governo Lula são explicitados pelo caráter mais dinâmico e multipresencial do presidente e pela imersão do país de maneira mais incisiva em temas que seu predecessor tinha tratado de maneira mais retórica, como por exemplo, a cooperação Sul-Sul, o multilateralismo, o Mercosul, a liderança brasileira etc. (SOUZA NETO, 2011, p. 42).

Almeida (2004, p. 164) ressalta tal protagonismo:

Sem dúvida alguma, do ponto de vista da forma, a diplomacia do governo Lula ostenta um ativismo exemplar, representado por um intenso programa de diplomacia presidencial [...], complementado por um ainda mais ativo circuito de contatos, encontros, viagens de trabalho e conversações a cargo do chanceler e, de maneira algo inédita para os padrões do Itamaraty.

Além do ativismo diplomático, a busca por um protagonismo internacional do Brasil também foi diretriz da agenda diplomática brasileira, influenciando o modo de agir em âmbito internacional. Este maior ativismo em prol de uma maior projeção do Brasil adveio, em grande medida, da nomeação de membros da corrente autonomista⁴¹ aos cargos maiores do Ministério das Relações Exteriores: o chanceler Celso Amorim e o secretário-geral Samuel Pinheiro Guimarães. Neste sentido, “a diplomacia do governo Lula caracterizou-se pelo esforço articulado visando tornar o país uma liderança regional e incrementar a sua ascensão para a posição de potência global” (SARAIVA, 2010, p. 48).

Em comparação com o governo anterior, a maior participação em âmbito internacional, buscando um posicionamento mais assertivo e protagonista significou a busca por alternativas às externalidades geradas pela globalização assimétrica, buscando um multilateralismo equilibrado. Nesta busca pelo protagonismo, objetivou-se sanar dependências estruturais, inserindo-se de forma independente e atenuando a vulnerabilidade externa:

A visão de mundo do governo de Lula projeta como ideal a reorganização planetária em um mundo multipolar. Sua diplomacia trabalha no sentido de promover a evolução do sistema unilateral centrado nos Estados Unidos para o sistema composto de pólos de equilíbrio em que potências chaves desempenhem o papel de catalisador: União Européia, Japão e China no Extremo Oriente, Rússia na Eurásia, Atlântico Sul de África e América do Sul. Essa reorganização do mundo em nova ordem é percebida como benéfica para todos os povos e particularmente para a realização dos interesses brasileiros (CERVO, 2003, p. 9).

Nesse contexto, a política externa de Lula defendeu a reforma das Nações Unidas para que o Brasil ocupasse um assento permanente no Conselho de Segurança, com o objetivo maior de combater a unipolaridade, em busca de um maior equilíbrio nas relações internacionais. Como medidas para credenciar o Brasil como aspirante ao posto no Conselho de Segurança, a política externa buscou defender aspectos mais distributivos do comércio internacional e problemas da pobreza e fome (SARAIVA, 2010).

⁴¹ A corrente autonomista é também conhecida como nacionalista. “Em termos econômicos, os autonomistas são ligados à perspectiva desenvolvimentista e, em termos políticos, são ligados a grupos mais nacionalistas” (SARAIVA, 2010, p.48).

Vale ressaltar que além do Brasil, África do Sul e Índia eram países que também almejavam se tornar membros permanentes do órgão, baseando-se no princípio de representatividade geográfica. Visto que regionalmente uma posição comum entre os países não era esperada, buscou-se articular o pleito fora da América Latina. Portanto, buscaram-se contatos bilaterais com países como Alemanha, China, França e África do Sul (LIMA, 2005). Esta busca comum pelo pleito no Conselho de Segurança acarretou no estabelecimento do G-4, incluindo Brasil, Alemanha, Índia e Japão, com proposta de reforma do Conselho de Segurança, com a inclusão de membros permanentes e não permanentes (SOUZA NETO, 2011).

Como apontamos anteriormente, o objetivo maior da política externa brasileira, seja em campo político ou econômico, pareceu ser o de combate à unipolaridade, defendendo um multilateralismo – militando pela soberania nacional com maior ênfase de forma a equilibrar as relações internacionais. Na busca deste objetivo, o Governo Lula buscou atuar nas mais diversas frentes, participando de diversas temáticas em âmbito internacional, além de utilizar as mais variadas ferramentas para efetivação da política externa brasileira. Neste sentido, procurou sempre um universalismo na política exterior, recuperando espaços perdidos na África e no mundo árabe, além de estabelecer alianças fortes com países emergentes como a China (SOUZA NETO, 2011). Segundo Almeida (2010, p.65):

pode ser ressaltada a postura essencialmente crítica assumida em relação à globalização e à abertura comercial, com um maior empenho na reafirmação das posições tradicionais do Brasil em matéria de negociações comerciais (busca de acesso aos mercados dos países desenvolvidos, com a manutenção dos mecanismos que favorecem países em desenvolvimento, não engajamento em demandas de liberalização que possam representar comprometimento do que foi chamado de capacidade nacional de estabelecer políticas nacionais e setoriais de desenvolvimento e de autonomia tecnológica).

Neste sentido, Vigevani e Cepaluni (2007) apontam que a política externa brasileira adotada pelo governo Lula utilizou-se de uma estratégia de “autonomia pela diversificação”. Vigevani e Cepaluni (2007, p. 303-304) afirmam:

O sentido da estratégia de diversificação não significa apenas a busca de alternativas nas relações com outros Estados, mas também implica capacidade de intervenção em questões que não dizem respeito a interesses imediatos. Significa intervir em questões que se referem a bens públicos internacionalmente reconhecidos.

Nesse contexto, a política externa praticada no Governo Lula teve como um dos principais instrumentos a Cooperação Sul-Sul (CSS). Lula voltou-se para o Mercosul como ponto de partida, buscando ainda maior cooperação e integração com países similares e regionais, para alcançar o objetivo maior de fazer frente ao desequilíbrio causado pela

unipolaridade do sistema internacional.⁴² Houve, ainda, retomada das relações com povos árabes, africanos e asiáticos. Entre outros exemplos de parcerias, podemos destacar o Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), criado originalmente em junho de 2003; e o agrupamento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China, com posterior adesão da África do Sul), “grupo [que] tem sido uma voz cada vez mais importante reivindicando mais espaço no sistema internacional para os países emergentes da (dita) periferia” (SOUZA NETO, 2011, p.106-07).

Milani (2014) aponta dois aspectos marcantes da CSS adotada no governo Lula. Em primeiro lugar, a retomada das relações com países africanos foi relevante para a consolidação da CSS.⁴³ No período de seu governo, Lula realizou 11 visitas ao continente, além de abrir novas embaixadas nos países africanos.⁴⁴ O interesse da diplomacia brasileira por esta parceria se dá por diversos fatores, seja pela proximidade cultural, pela contribuição da matriz africana à formação do povo brasileiro e pela proximidade linguística, e pelas oportunidades comerciais (LEITE, 2011).

Notou-se um elevado crescimento do orçamento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), com perda, contudo, do monopólio do Itamaraty sobre a promoção da cooperação internacional, pois a maioria dos ministérios (e outras agências governamentais) passou a ter o seu próprio orçamento dedicado a assuntos internacionais. Além disto, houve também uma dispersão do monopólio federal no sentido de uma CSS descentralizada, com crescentes ações internacionais assumidos pelos estados federados e municípios (MILANI, 2014).

No âmbito da CSS, o Brasil esteve empenhado na cooperação bilateral, regional e multilateral através de várias modalidades: técnica, educacional, científica e tecnológica, além de cooperação humanitária. Esteve também envolvido em contribuições para organizações internacionais, operações de manutenção da paz e de apoio aos refugiados no Brasil (LEITE

⁴² A América do Sul corresponde ao espaço natural de afirmação dos interesses brasileiros. A diplomacia planeja agregar a este espaço países chaves do Atlântico africano. Com o conjunto, espera-se compor uma plataforma econômica e política, na qual a Argentina exerce papel estratégico como sócio privilegiado e o Mercosul como motor. Os objetivos traçados são o reforço das economias nacionais pela via de sua regionalização, a autonomia decisória na esfera política e a exclusão de intervenções externas para solução de problemas de segurança regional (CERVO, 2003, p.9).

⁴³ Segundo Milani (2014, p.8, tradução nossa) “Em termos de resultados práticos, o aumento do comércio entre o Brasil e os países africanos tem sido bastante significativo, especialmente após a crise financeira global em 2008. De 2002-2008, as exportações cresceram quase cinco vezes, eventualmente, representando 5,14% das exportações totais do Brasil. No mesmo período, as importações aumentaram ainda mais, representando 9,11% do total das importações. A maioria das exportações brasileiras são de manufaturados.”

⁴⁴ Foram abertas Embaixadas em Adis Abeba (Etiópia), Cartum (Sudão), Cotonou (Benin), Dar Es-Salaan (Tanzânia), Iaundé (Camarões), Lomé (Togo), Malabo (Guiné Equatorial), São Tomé (São Tomé e Príncipe), Conacri (Guiné), Gaborone (Botsuana), Lusaca (Zâmbia) e um Consulado-Geral em Lagos (Nigéria). Foram instaladas, em Brasília, Embaixadas do Sudão, da Namíbia e do Zimbábue (LEITE, 2011, p.180).

et. al, 2014). Segundo Pinheiro, Lima e Hirst (2010, p.34), “[a] CSS combina motivações de política externa com a capacidade de atender demandas de assistência técnica específica e ao mesmo tempo pretende evitar a reprodução das lógicas de assistência Norte-Sul.”

O Governo Lula buscou configurar seu próprio caráter de cooperação horizontal, visando à construção de ligações de transmissão e intercâmbio de conhecimento, vínculos políticos e sociais com outros países em desenvolvimento.⁴⁵ Assim, o discurso do governo apontava que provia um tipo diferente de cooperação para o desenvolvimento daquela prevista pelos doadores tradicionais. Neste sentido, não utilizava o termo "doador", pois este termo implicaria as assimetrias da cooperação tradicional, e buscou intitular-se um parceiro na cooperação para o desenvolvimento (LEITE et. al, 2014).

Dentre os tipos de cooperação utilizados na política externa, a cooperação técnica foi um essencial instrumento utilizado para a aproximação com a África e outros países em desenvolvimento.

Um dos princípios orientadores da cooperação técnica brasileira no Governo Lula foi o de “solidariedade”. Entretanto, interesses econômicos e geopolíticos não são completamente negados, embora os benefícios econômicos e comerciais, em vez de serem indicados como condição, são vistos como possíveis consequências dos laços criados com países parceiros, a médio e longo prazo (LEITE et. al, 2014).

Neste contexto de busca pelo maior protagonismo internacional, e cooperação com países em desenvolvimento, percebeu-se no esporte um potencial instrumento diplomático. O Governo Lula utilizou o esporte para demonstrar seu potencial no cenário internacional, através da organização de megaeventos esportivos; auxiliar na construção de paz mundial, através da aproximação com países pelo esporte; além de ser uma nova área temática para praticar a cooperação internacional, através de acordos bilaterais. A seção seguinte trará em detalhes da chamada “diplomacia da bola” praticada pelo Governo Lula.

3.2 DIPLOMACIA DA BOLA

Diante da busca por colocar o Brasil como protagonista frente às principais questões internacionais, o esporte foi uma das formas encontradas para não apenas participar do jogo internacional, mas influenciar e ganhar notoriedade no sistema internacional. Neste sentido,

⁴⁵ Neste sentido, segundo Milani (2014, p.10, tradução nossa), “O Brasil rejeita a terminologia da Comissão de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE de “doador”, “ajuda” e “assistência”. Ele compartilha a definição de CSS dado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), ou seja, o processo, as instituições e as medidas destinadas a promover a cooperação política, econômica e técnica entre os países em desenvolvimento que buscam o desenvolvimento comum em um relacionamento horizontal.”

desde o início de seu governo, Lula buscou utilizar o esporte como uma ferramenta diplomática, visando à aproximação com outros países, promovendo a paz, prosperidade e boas relações através do esporte. Essa iniciativa ficou conhecida como a “diplomacia da bola”, já que o principal esporte utilizado na política de cooperação desportiva brasileira foi o futebol, que tem o Brasil como referência mundial.

O futebol fornece uma forma de identidade nacional, que possibilita sua utilização na diplomacia esportiva brasileira, aumentando a influência do país (RESENDE, 2010). Muitas iniciativas políticas e comerciais contam com a predisposição favorável de países em virtude da apreciação pelo futebol brasileiro. Por vezes, foram obtidos pactos com outras nações, ao utilizar a via privilegiada da vinculação ao futebol (VASCONCELLOS, 2011).⁴⁶

À exemplo disto, em 2004 a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) foi convocada pelo presidente brasileiro a participar em Porto Príncipe de uma partida amistosa entre as Seleções do Brasil e do Haiti – denominado Jogo da Paz. O objetivo desta partida ficou evidente: buscava-se mostrar, não só para os haitianos, mas para a comunidade internacional como um todo, que o governo brasileiro estava decididamente disposto a cooperar de forma ativa para a evolução da situação de crise política no Haiti.⁴⁷ A presença da seleção brasileira de futebol no Haiti foi a primeira das tantas seguintes participações esportivas em campo político (SENHORAS, 2014).

O Brasil passou a demonstrar um compromisso com o esporte para promoção da paz e desenvolvimento, ao garantir a participação de delegações que jamais tiveram a oportunidade de se fazerem presentes em competições internacionais. Prova disto, em 2008 a delegação do Timor Leste disputou pela primeira vez os Jogos Desportivos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para tal ocasião ser possível, houve um grande esforço do Brasil para que a delegação do Timor Leste estivesse presente, o qual foi representado por uma delegação de 27 pessoas entre atletas, técnicos, auxiliares e médicos. Após longo período de crises, o Timor dispunha de poucos recursos e necessitava promover a educação e a saúde de seu povo, sendo o esporte considerado uma ferramenta de resgate social (BRASIL, 2008).

A presença e esforço do governo brasileiro para promover a paz através do esporte geraram cada vez mais uma demanda por parte de países em desenvolvimento por cooperação com o Brasil na área do esporte. Desta forma, estes acordos foram utilizados como

⁴⁶ Segundo o embaixador Roberto Jaguaribe, “o melhor embaixador do Brasil é o futebol” (JAGUARIBE apud RESENDE, 2010, p.1).

⁴⁷ As camisas amarelas da Seleção parecem equivaler às bandeiras brancas de paz. Por isso, a praxe, pragmática, das Forças Armadas brasileiras em missões de paz das Nações Unidas, em Timor Leste e no Haiti, por exemplo, procurarem recolher simpatia e receptividade das populações locais, ingredientes psicológicos importantes nessas operações, mediante a distribuição dos símbolos esportivos nacionais (VASCONCELLOS, 2011, p.194).

instrumento da política externa brasileira para aproximação com países, mantendo a boa relação, promovendo a paz e o desenvolvimento. Além disto, a cooperação desportiva poderia tornar estes países em futuros mercados da indústria esportiva brasileira.

Em 2008, no âmbito do Itamaraty, criou-se uma coordenação para tratar da cooperação desportiva brasileira, chamada de Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva (CGCE), possuindo cinco principais áreas de ação: a negociação de cooperação desportiva com países parceiros; atuação na realização de megaeventos esportivos no Brasil e no exterior; acompanhar, instruir e supervisionar a posição oficial brasileira em organismos internacionais esportivos; interlocução com atores internacionais e intranacionais de âmbito governamental, esportivo e acadêmico; e promoção de ações pontuais de capacitação e de natureza epistêmica ou técnica em relação ao esporte (BRASIL, 2016).

Além do CGCE, outras reformas foram feitas para a institucionalização da diplomacia da bola. Entre elas, o presidente criou um novo e autônomo Ministério do Esporte⁴⁸ e buscou ampliar sua interação deste com os Ministérios da Educação, Saúde, Defesa, Turismo e Relações Exteriores (MRE), além do contato com instituições não governamentais: empresas privadas, ONGs e instituições sociais competentes.

3.3 O BRASIL E OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Além da utilização do esporte para promoção da paz, de boas relações com outros países, facilitar o acesso brasileiro aos mercados, culturas e até mesmo viabilizando a presença militar brasileira no Haiti, o Brasil buscou a candidatura para sediar diversos megaeventos esportivos durante o Governo Lula: Jogos Pan-americanos (2007), Jogos Mundiais Militares (2011), a Copa do Mundo de Futebol FIFA (2014), o I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (2015) e, mais recentemente, as Olimpíadas e Paraolimpíadas (2016). Portanto, a diplomacia da bola praticada no governo Lula, buscou abraçar as oportunidades geradas pelos megaeventos esportivos, e objetivou a organização de megaeventos esportivos no país.

O primeiro evento esportivo de maior relevância sediado no Brasil durante o governo Lula foram os Jogos Pan-Americanos em 2007, realizado na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de a escolha para organização deste evento ter sido apresentada anteriormente ao Governo Lula, o evento serviu de experiência à cidade do Rio de Janeiro, aos órgãos organizadores, e

⁴⁸ O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, separou o então Ministério do Esporte e Turismo em duas pastas, ficando o esporte com um ministério próprio (BRASIL, 2016).

aos ministérios envolvidos, principalmente para o Itamaraty. Logo após o término deste evento, o COB lançou a candidatura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

No ano de 2011, foi a vez da realização dos V Jogos Mundiais Militares, também ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. A organização contou com a parceria do Conselho Internacional do Esporte Militar, e os Jogos tiveram dimensão comparável ao Pan-Americano de 2007.

A candidatura para a Copa do Mundo de Futebol FIFA de 2014 ocorreu de um processo um pouco diferente das outras candidaturas. A FIFA adota o esquema de rodízio continental entre as sedes e a Copa de 2014 seria realizada nas Américas. Entretanto, o Brasil não concorreu com nenhum país, pois acertou entre as diferentes federações latino-americanas, e foi lançado como candidato único. Em 2006, ocorreu a confirmação do Brasil como sede da Copa de 2014, após contatos entre CBF, FIFA e autoridades brasileiras. Para organização deste megaevento esportivo, o Governo Federal estabeleceu como principal órgão o Comitê Gestor da Copa 2014 (RESENDE, 2010).

Já a campanha brasileira para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 foi um processo mais complexo. Para ter o direito de sediar os Jogos, o Brasil disputou com seis países: Japão, Espanha, Estados Unidos, República Tcheca, Qatar e Azerbaijão. O processo envolveu centenas de pessoas dos Governos Federal, Estadual e Municipal, o Itamaraty, COB e consultores internacionais. Este envolvimento foi determinante para o êxito, inclusive o engajamento do presidente Lula ao fazer da candidatura olímpica tema de encontros bilaterais com Chefes de Estado e de Governo. O resultado deste processo obteve êxito em outubro de 2009, quando o Comitê Olímpico Internacional escolheu a cidade vencedora, em Copenhague (RESENDE, 2010; PAULINO, 2013).

Grandes esforços foram necessários para a realização de tais megaeventos, a exemplo da Copa do Mundo de Futebol, na qual os governos negociam diretamente com a FIFA. Precisou-se assumir compromissos que implicaram em mudança na legislação nacional. No caso brasileiro, as mudanças na legislação foram empregadas na Lei Geral da Copa (Lei Nº 12.663). A mesma entra em temas como permissão de venda de bebidas nos estádios, regras aduaneiras, normas fiscais e tributárias, além da proteção e exploração dos direitos comerciais da FIFA e seus patrocinadores. Nesta e nas demais candidaturas, a conquista da organização deveu-se, em grande medida, ao empenho pessoal do então presidente Lula, para adequar o país a todas as exigências e necessidades de infraestrutura, além de buscar sempre mecanismos institucionais que permitissem o engajamento na organização destes eventos (PAULINO, 2013).

Com o sucesso das campanhas para sediar os megaeventos esportivos, o Brasil passou ao desafio da organização, pois o simples fato de receber os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, por exemplo, não assegura ganhos automáticos, especialmente quando o evento ocorre em uma nação em desenvolvimento.⁴⁹ Eventuais falhas na organização podem implicar reflexos negativos para a imagem externa do país. Portanto, os megaeventos esportivos representam oportunidades e desafios para os países onde são realizados (CANAES; ÁLVAREZ, 2016).

Segundo o governo, os esforços para a organização se concentram em mão de obra, tecnologia, infraestrutura e também no despertar de uma consciência do esporte como um elemento de agregação, de convívio, e não somente de competição. Se os obstáculos da organização fossem vencidos, os Jogos constituiriam uma oportunidade sem precedentes para a cidade-sede e o país se promoverem e mostrarem-se para o mundo (BRASIL, 2014).

Através da análise dos discursos de Lula em Copenhague (ver Quadro 3), onde o tema dos megaeventos esportivos foi pilar, notamos que sempre foi ressaltado que o evento olímpico representa uma gama de investimentos para o país. Além disto, aponta-se que o evento trará legados positivos para o Brasil. Vale ressaltar que os discursos dificilmente trazem elementos concretos, apenas é afirmado que os megaeventos esportivos podem proporcionar benefícios. Ainda, notamos através do discurso do ex-presidente, que os megaeventos esportivos são apontados como uma forma de alavancar o Brasil e o Rio de Janeiro a um novo patamar de desenvolvimento. Nas entrevistas coletivas, o presidente também é questionado a respeito dos problemas sociais brasileiros em contraponto aos megaeventos, se a Copa do Mundo de futebol, de 2014, e depois as Olimpíadas, em 2016, poderiam tirar foco dos grandes problemas do nosso país, como segurança, educação etc. Neste sentido, Lula buscou negar tal possibilidade, afirmando que os megaeventos esportivos eram uma oportunidade de lidar com estes problemas.

Identificamos uma racionalidade diferente nos discursos do ex-presidente daquela apresentada no segundo capítulo, pois há poucas menções de Lula sobre a projeção internacional do país através dos megaeventos. No segundo capítulo, a literatura sobre os benefícios dos megaeventos esportivos está focada na parte diplomática, de promoção do país internacionalmente, já nos discursos de Lula, parece haver uma lógica ligada ao desenvolvimento doméstico, ou seja, através dos discursos sobre os megaeventos do ex-

⁴⁹ O evento em si não faz nada automaticamente para a marca do país [...] e a coisa mais importante para países quando se preparam para esses eventos é saber precisamente o que vão dizer e provar a respeito de si próprios enquanto o espetáculo estiver na cidade e o foco da mídia global estiver concentrado neles [...] o evento dá ao país permissão para fazer uma única, clara e impactante afirmação a respeito de si próprio (ANHOLT, 2007 apud CANAES; ÁLVAREZ, 2016, p. 16).

presidente percebemos uma racionalidade no sentido de que estes foram utilizados para pressionar o âmbito interno com o intuito de obter reformas de infraestrutura e outros legados para o desenvolvimento do país.

Quadro 3– Menções do ex-presidente Lula sobre os megaeventos esportivos no Brasil

| Data | Local | Ocasião | Menções realizadas |
|------------|------------|---|---|
| 01/10/2009 | Copenhague | Entrevista coletiva | Fazer uma Olimpíada significa você despir o seu país diante do mundo três, quatro anos antes das Olimpíadas; significa o mundo ter possibilidade de ver o Brasil da forma que o Brasil é e ver o Rio de Janeiro da forma que o Rio de Janeiro é. Não tem preço que pague você colocar um país e uma cidade como o Rio de Janeiro durante anos na imprensa internacional, mostrando as coisas boas, mostrando as coisas ruins. |
| 01/10/2009 | Copenhague | Entrevista coletiva | Para nós, é a possibilidade de comprometer a iniciativa privada brasileira, os empresários brasileiros, o poder público a construir coisas que fiquem como legado para as futuras gerações [...] É a oportunidade extraordinária de um legado que vai ficar para uma juventude imensa, que precisa de oportunidade. |
| 02/10/2009 | Copenhague | Apresentação da candidatura Rio 2016 ao COI | Aprovamos financiamento significativo e abrangente, conscientes do legado que os Jogos deixarão para o Rio de Janeiro |
| 03/10/2009 | Copenhague | Entrevista coletiva | Nós sabemos que a Copa passa, as Olimpíadas passam, e o que nós queremos é que o povo tenha como legado as benfeitorias que a prefeitura, o Estado e a União devem fazer. Portanto, eu acho que o povo vai ganhar muito com isso, vai ganhar de forma extraordinária [...] Então, é um momento de muito investimento para o Brasil, é um momento de muito respeito que o Brasil conquistou e eu acho que quem merece ser beneficiado é o povo brasileiro. |
| 03/10/2009 | Copenhague | Entrevista coletiva | Olha, primeiro dizer para você que não há possibilidade de uma Copa do Mundo, de uma Olimpíada tirar o foco dos problemas sociais. No fundo, no fundo, no fundo, a Copa do Mundo e as Olimpíadas são oportunidades para que a gente possa pensar na Copa do Mundo e nas Olimpíadas resolvendo os problemas sociais, até porque as Olimpíadas e a Copa do Mundo serão feitas para o povo brasileiro e não para um governante "A" ou "B". |

Fonte: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (2016).

Durante o Seminário “Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos”, um evento liderado pelo Ministério do Esporte e implementado pelo Conselho Federal de Educação

Física (CONFEEF), foram elencadas cinco categorias para esclarecer os possíveis legados que seriam adquiridos pelos países que têm a incumbência de sediarem estes eventos: legados do evento em si; legados da candidatura do evento; legados da imagem do país que sedia o evento; legados de governança; e legados de conhecimento (VILLANO et. al, 2008).

Os legados do evento em si foram classificados como as construções pensadas para suprir as demandas do megaevento, como construções de infraestrutura das cidades, os meios de transporte, as construções esportivas (campos, estádios e arenas), setor de segurança, informática e comunicações, além da geração de novos empregos, oportunidades para promoção e realização de eventos paralelos (VILLANO et. al, 2008).

Já os legados da candidatura do evento têm relação com o aprendizado gerado pelo processo de candidatura e conquista de organizar o evento. Durante este o processo dever-se-ia aprender, de forma empírica, a fazer projetos sólidos, desenvolver uma capacidade organizacional e estimular o planejamento urbanístico das grandes cidades (VILLANO et. al, 2008).

O terceiro item elencado, os legados da imagem do Brasil, tem grande relação com o tema proposto neste trabalho, como será visto na próxima seção, pois representa a oportunidade única que é gerada para a projeção da imagem do país no sistema internacional. A busca por este legado foi um dos fatores que mais tiveram peso para que o Brasil se candidatasse a sediar estes eventos esportivos, como pode ser visto em discursos proferidos por Lula, que enfatizaram a busca por um melhor posicionamento brasileiro no sistema internacional através da visibilidade que estes eventos proporcionam. Esta projeção pode ocorrer através de oportunidades econômicas, no nacionalismo fortalecido e no orgulho sentido nacionalmente em fazer parte deste grande momento (VILLANO et. al, 2008).

Quanto aos legados de governança, estes representam o programa participativo que existe durante o processo de organização, dada a cooperação de diferentes órgãos e atores envolvidos para que se possa realizar o evento (VILLANO et. al, 2008).

Por fim, existem os legados de conhecimento, que se parecem com os legados de candidatura, pois também pressupõem o aprendizado e a capacitação do pessoal. Entretanto, diferenciam-se dos legados de candidatura, na medida em que tratam do treinamento envolvido na organização do evento em si, e não no processo de candidatura. Aqui se trata também da capacitação de voluntários e a própria população local que é atingida com o passar do tempo, ou seja, possui um lado mais popular, e não de gestores (VILLANO et. al, 2008).

3.4 SISTEMATIZAÇÃO DOS ATOS INTERNACIONAIS DA COOPERAÇÃO DESPORTIVA BRASILEIRA

Com a elevação do papel do esporte no governo Lula, ao ser compreendido como mecanismo indispensável para o desenvolvimento do país, foi necessário buscar mecanismos para institucionalizar o esporte como instrumento da política externa. A cooperação desportiva foi uma das principais formas encontradas pelo governo, ao lado dos megaeventos esportivos.

A criação do CGCE foi responsável não só por captar benefícios dos megaeventos esportivos, mas servir para negociação de cooperação desportiva com países parceiros, além de instruir e supervisionar a posição oficial brasileira em organismos internacionais esportivos. Desta maneira, a partir do ano de sua criação (2008), intensificaram os atos na área de cooperação desportiva que pudessem resultar em benefícios para o esporte nacional, aproximação com países em desenvolvimento, bem como contribuir na organização dos megaeventos esportivos citados anteriormente.

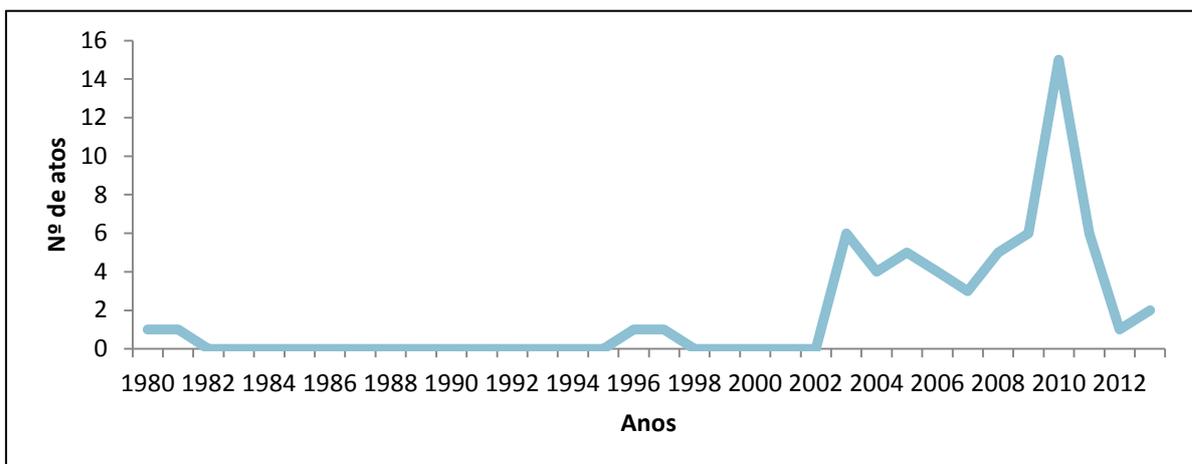
Ao fazer a sistematização dos atos internacionais brasileiros nesta área, constatou-se que apenas a partir de 2003 surgem os acordos de cooperação desportiva, em específico. Nos anos anteriores, as poucas menções ao esporte o denotam como marginal e sem especificidades, presentes nos acordos de cooperação técnica e científica, os quais tinham objetivos e termos distantes de uma verdadeira cooperação na área desportiva.⁵⁰

O total de atos bilaterais⁵¹ brasileiros na área de cooperação desportiva é de 61 atos. A Figura 2 apresenta a evolução dos atos em cooperação desportiva brasileira. Nos anos do Governo Lula, cerca de 50 atos de cooperação desportiva foram celebrados com diversas nações do mundo. No último ano do governo, atingiu-se o auge, com 15 atos celebrados. No governo seguinte a política de cooperação desportiva foi mantida de forma mais discreta, concretizando 9 atos até 2013, o que demonstra a relevância dada ao tema durante o Governo Lula.

⁵⁰ Exceções nos anos de 1980, 1981, 1996 e 1997, onde foi assinado um ato em cada ano, com a Alemanha, OEA, Chile e Costa Rica, respectivamente. Estes tratavam da cooperação desportiva especificamente. Entretanto, o único ato vigente dentre os quatro é a Declaração de Intenções no Campo do Desporto firmado com a Costa Rica.

⁵¹ Ato internacional é todo instrumento pelo qual uma Pessoa de Direito Internacional Público (Estado ou Organização Internacional, por exemplo) assume obrigações e adquire direitos, por escrito, sobre determinada matéria, perante outra ou outras Pessoas de Direito Internacional. Os atos internacionais constituem instrumentos formais da execução da política exterior, em particular, dos princípios inscritos no art. 4º da Constituição Federal, com vistas a estabelecer, expandir e diversificar relações diplomáticas e serviços consulares (BRASIL, 2010).

Figura 2 – Número de atos bilaterais em cooperação desportiva do Brasil por ano

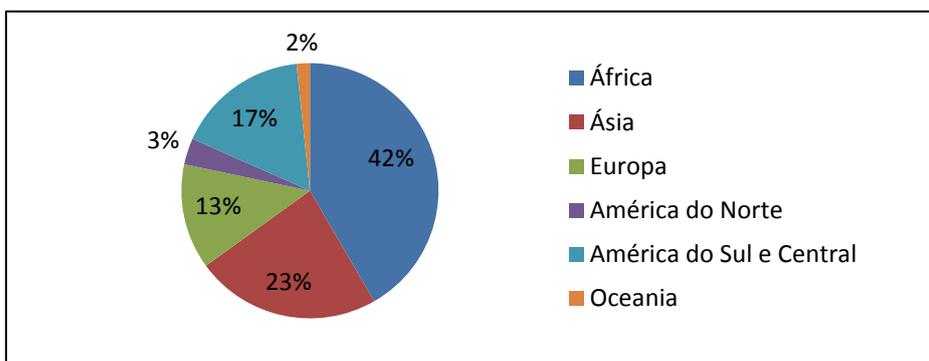


Fonte: Formulação própria com base nos documentos fornecidos pelo banco de dados sistema consular integrado de atos internacionais do Itamaraty (2016).

Os atos de cooperação desportiva brasileira correspondem, majoritariamente, à cooperação desportiva com nações em desenvolvimento, principalmente com países dos continentes africano e asiático, como Angola (2003), Benin (2006 e 2013), Burkina Faso (2007), Gana (2006), Moçambique (2003, 2004 e 2008), Quênia (2005), Irã (2010), Uzbequistão (2009) e Palestina (2010). Em menor número, temos atos com países da América do Sul e Central, como Chile (2010), Venezuela (2009), República Dominicana (2003), El Salvador (2010) e Haiti (2006).

Entretanto, a cooperação desportiva não se limita a países em desenvolvimento. O Brasil também possui atos de cooperação desportiva com países desenvolvidos, como Alemanha (2011), Austrália (2011), Canadá (2011), Estados Unidos (2011) e Reino Unido (2010 e 2012). Abaixo, a Figura 3 apresenta a proporção da cooperação desportiva brasileira por continente.

Figura 3 – Atos bilaterais da cooperação desportiva brasileira por continente



Fonte: Formulação própria com base nos documentos fornecidos pelo banco de dados sistema consular integrado de atos internacionais do Itamaraty (2016).

Como já foi destacado, contudo, há preponderância de atos de cooperação desportiva com países dos continentes africano e asiático. Tal fato não é mera coincidência, considerando o contexto no qual foram firmados estes atos. Como vimos na Seção 3.1, durante o Governo Lula houve uma intensificação de relações com países em desenvolvimento, sendo que a cooperação desportiva acompanhou essa tendência.

Particularmente, a África foi o principal alvo dos atos da cooperação desportiva brasileira, seguido da Ásia. Estes continentes representam mais da metade dos atos firmados. Nestes casos, os atos basearam-se no papel do Brasil como doador de cooperação desportiva. Ao analisar os documentos oficiais, os objetivos e disposições basearam-se no incentivo de áreas de capacitação técnica e de difusão de programas sociais esportivos nestes países.⁵² Na prática, são medidas como o comprometimento brasileiro na doação de materiais esportivos⁵³, envio de técnicos brasileiros para estes países, bem como viabilizar a vinda de técnicos estrangeiros para capacitação aqui no Brasil⁵⁴, além da realização de partidas amistosas com a presença de times brasileiros⁵⁵ etc.

Ainda que em menor número, nota-se que a cooperação desportiva com países desenvolvidos baseia-se em objetivos e medidas de cooperação em megaeventos esportivos. Notamos que tais atos foram firmados após a decisão de que o Brasil seria o país-sede dos dois principais megaeventos esportivos do mundo. O país busca ajuda dos países desenvolvidos, os quais já realizaram diversos tais eventos, pois estes possuem insumos para auxiliar o Brasil nos desafios de se realizar estes espetáculos esportivos.

⁵² Por exemplo, o Ministério do Esporte do Brasil iniciou em 2005, a implantação de uma fábrica do Programa Pintando a Liberdade no presídio de Viana, na Angola, onde a penitenciária produziu em sua primeira etapa 7,5 mil bolas com a matéria-prima doada pelo governo brasileiro. Materiais que serão utilizados em outro programa esportivo brasileiro implementado no país, chamado programa “Segundo Tempo”. A Angola é apenas um exemplo de país que está desenvolvendo atividades com metodologia a brasileira (BRASIL, 2005).

⁵³ Neste ínterim, desde 2004 até 2008, o Ministério do Esporte realizou três remessas de materiais esportivos que foram doados ao Timor Leste. Os itens produzidos pelos Programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania totalizaram 195 bolas de futebol de campo, 195 bolas de vôlei, 185 bolas de handebol, 185 bolas de futebol de salão, 140 bolas de basquete, 35 bolas de futebol de salão com guizo para deficientes visuais, beneficiando um total de quase 20 mil atletas timorenses (BRASIL, 2008).

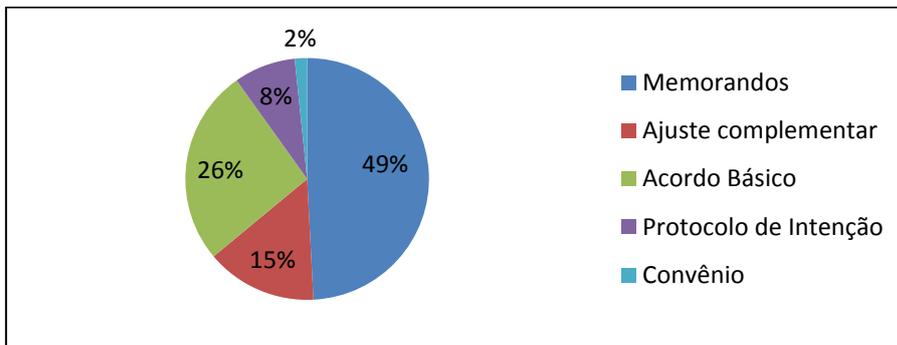
⁵⁴ Neste caso, o Itamaraty, em parceria com o Sindicato de Treinadores Profissionais do Estado de São Paulo, já realizou mais de um Curso Internacional para Treinadores de Futebol, no âmbito da política brasileira de cooperação esportiva. Em 2008, a primeira edição do Curso, realizada em Brasília, capacitou 31 treinadores dos países africanos de língua portuguesa e do Timor-Leste. Em 2010, 16 técnicos africanos foram convidados para a atividade, que contou com conferência do técnico Zico. Para a edição de novembro de 2010, foram convidados 21 treinadores de países africanos e do Haiti. Paralelamente, realizou-se curso de capacitação para 20 árbitros de países africanos, da Jamaica e da Palestina (BRASIL, 2011).

⁵⁵ Um caso de exemplo: como parte das comemorações de posse do Presidente Ian Khama (2008), foi realizado, em Gaborone, jogo amistoso de futebol entre as seleções do Brasil e de Botsuana. A partida foi considerada um dos mais importantes eventos esportivos realizados no país nos últimos anos. Os dois Governos atualmente estão engajados na implementação de projetos de cooperação nas áreas de HIV/AIDS, desenvolvimento esportivo e intercâmbio educacional, entre outras (BRASIL, 2016).

Neste sentido, os atos realizados com países em desenvolvimento têm como principais disposições a cooperação em matéria de intercâmbio de experiências na área de estrutura de relações interinstitucionais; governança; planejamento, desenvolvimento de legados em diversas áreas, como educação, saúde, revitalização urbana; estabelecimento de estrutura para que criar e aproveitar oportunidades econômicas decorrentes da realização das Olimpíadas.⁵⁶

De forma a contribuir para a análise, a Figura 4 mostra os tipos de atos firmados com outros países em cooperação desportiva. Nota-se que prevalecem os memorandos de entendimento. Em segundo lugar, aparecem os acordos, seguido dos ajustes complementares. Já em menor número, há protocolos de intenção e um convênio, o qual foi celebrado com nosso país vizinho Argentina, e não representa um ato internacional.

Figura 4 – Tipos de atos da cooperação desportiva brasileira



Fonte: Formulação própria com base nos documentos fornecidos pelo banco de dados sistema consular integrado de atos internacionais do Itamaraty (2016).

Os memorandos de entendimento representam um ato de forma simplificada, destinado a registrar princípios gerais que orientarão as relações entre as partes. Desta forma, foram amplamente utilizados para definir linhas gerais e compromissos da cooperação desportiva. Os acordos estabelecem um marco geral de cooperação e são implementados por instrumentos posteriores, como os ajustes complementares. Assim, os ajustes complementares são utilizados para dar concretude às atividades de cooperação desportiva. Pelos dados reunidos, no entanto, nota-se baixa incidência desse instrumento.

⁵⁶ Por exemplo, o Brasil firmou com o Reino Unido três memorandos de entendimento. Em um primeiro momento, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Legado Econômico, Social e Material e Legados Referentes a Atividades Físicas e Desportivas, Relativos à Organização das Olimpíadas (2009). Posteriormente, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação para Desenvolver Legados Econômico, Comercial e de Reputação como anfitriões das Olimpíadas (2010). Após o Reino Unido ter realizado as Olimpíadas de 2012, foi firmado o último memorando entre os países, visando afirmar os compromissos dos últimos dois memorandos, também intitulado de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Legado Econômico, Social e Material e Legados Referentes a Atividades Físicas e Desportivas, Relativos à Organização das Olimpíadas (2012).

Por tratarem de disposições gerais, sem medidas executivas de fato, não nos ateremos de forma exaustiva aos memorandos de entendimento. Através da análise destes, percebeu-se um padrão de objetivos e compromissos. Estes possuem o objetivo do desenvolvimento e excelência esportiva, nos casos de acordo com países em desenvolvimento, e o objetivo de intercâmbio de experiências em megaeventos esportivos com países desenvolvidos.

Com vista a atingir tais objetivos, os memorandos identificam áreas de cooperação desportiva. No caso dos memorandos com países em desenvolvimento, apresentam-se as seguintes áreas: esportes de alto rendimento e desenvolvimento técnico; para portadores de necessidades especiais; ciência e tecnologia do esporte; medicina esportiva; luta contra dopagem; mulher no esporte; e inclusão social através do esporte, entre outros. Nos memorandos com países desenvolvidos, as áreas identificadas foram: estruturas de governança; sistema, infraestrutura e serviços de eventos esportivos de grande porte; garantir a segurança durante os eventos; iniciativas para promover atividades culturais durante os eventos esportivos; legado, incluindo benefícios sociais, culturais e educacionais.

Além disto, os memorandos apontam, de maneira geral, as formas pelas quais se concretizam a cooperação desportiva, sendo elas: cursos; seminários; programas de apoio e fomento ao esporte; bolsas de estudo; consultorias; intercâmbio de técnicos e atletas; apoio à realização de campeonatos e eventos amistosos entre os países. No caso dos memorandos visando à cooperação em megaeventos esportivos, as formas são: compartilhamento de informações sobre estratégias e programas para potencializar o desenvolvimento comercial de investimentos resultantes dos eventos esportivos de grande porte; facilitação de eventos para consolidação de redes de contatos entre empresas brasileiras.

Por representarem o marco geral da cooperação desportiva, os acordos possuem grande relevância na em nossa análise. Em conjunto dos acordos, os ajustes complementares nos auxiliam a mostrar o que efetivamente está sendo aplicado na cooperação desportiva, visto seu caráter de implementação dos dispositivos do acordo.

Os acordos em cooperação desportiva baseiam-se nos mesmos termos dos memorandos de entendimento. Entretanto, os acordos firmados, foram todos com países em desenvolvimento. Assim, não há nenhum acordo com o objetivo de cooperação em virtude dos megaeventos esportivos. Os objetivos dos acordos são idênticos aos dos memorandos: fortalecer a colaboração bilateral em matéria de desenvolvimento e busca de excelência no esporte. Da mesma forma que os objetivos, as áreas e formas de cooperação desportiva dispostas nos acordos são iguais as dos memorando, como vimos acima.

Através da análise dos ajustes complementares, percebeu-se que todos foram firmados com países em desenvolvimento da África, Ásia e da América Central. Todos os ajustes complementares possuem como conteúdo a implementação do projeto social esportivo que foi desenvolvido no Brasil, a “Inserção Social pela Prática Esportiva em Futebol”. Tal projeto conta com dois programas: “Pintando a Liberdade”, e o programa “Segundo Tempo”. Os objetivos deste projeto constituem a inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade, por meio do estímulo ao desenvolvimento esportivo e psicossocial, e ao resgate da cidadania, além de suprir a demanda de material esportivo para escolas e programas sociais existentes nos países Partes. O programa “Pintando a liberdade” consiste na ressocialização de internos do Sistema Penitenciário por meio da fabricação de materiais esportivos (BRASIL, 2016). O programa “Segundo tempo”, constitui na verdade o objetivo maior do projeto, que é a inclusão social através do esporte, assim, desenvolve diversas atividades esportivas, além de doações de materiais esportivos aos países (BRASIL, 2016).

As funções acordadas no ajuste complementar, que são desenvolvidas pelo governo brasileiro no projeto, são: designar e enviar técnicos brasileiros para desenvolver o projeto; apoiar a realização de treinamentos; capacitar multiplicadores no programa "Segundo Tempo"; capacitar indivíduos na operação da fábrica de bolas; fornecer o material didático de apoio à capacitação; enviar material esportivo para o início do projeto; enviar equipamentos e matéria prima para a implantação da fábrica de bolas; e acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projeto. Os atores envolvidos por parte do Brasil são o Ministério dos Esportes e a ABC. É importante salientar que o Brasil possui parcerias com instituições privadas, as quais são tidas como executoras dos projetos nas disposições dos ajustes complementares.⁵⁷

Tais programas foram de grande relevância para a imagem brasileira⁵⁸, para o estreitamento das relações com os países, bem como mobiliza internamente segmentos especializados, como a indústria de material esportivo, através da produção e ampliação da exportação, ou seja, criação de mercados de produtos esportivos brasileiros.

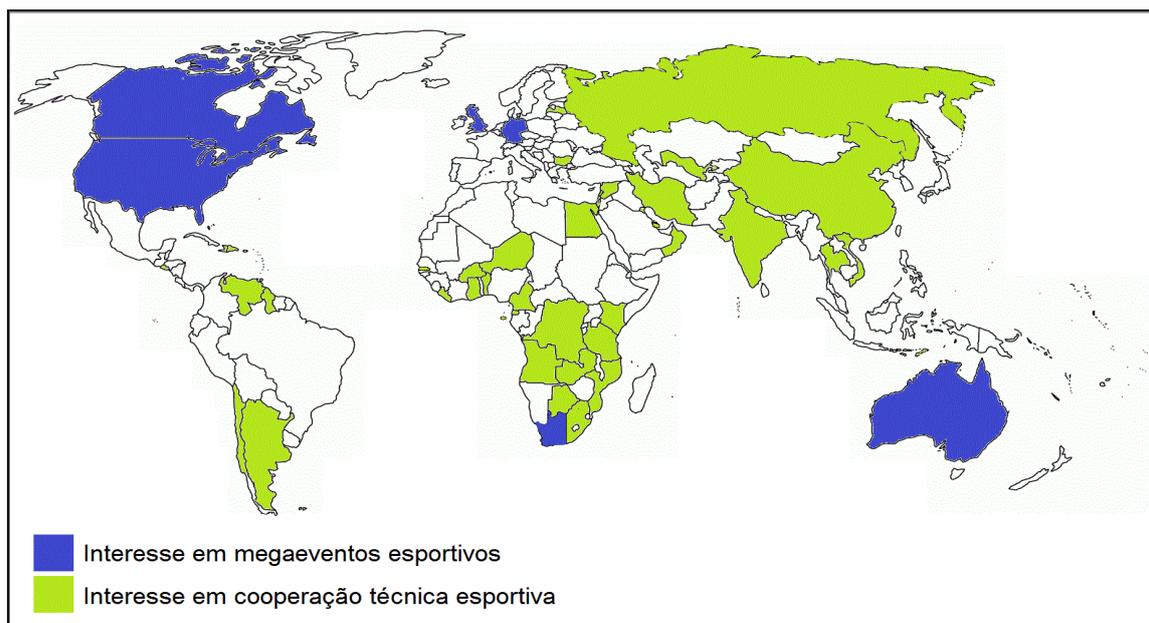
Como apontamos anteriormente, através da análise dos tipos de atos, percebeu-se uma divisão de interesses dos atos com países em desenvolvimento e desenvolvidos. De maneira

⁵⁷ Exemplos destas instituições são: Botafogo Academy, Santos Futebol Clube, Olé Brasil Futebol Clube, além de personalidades esportivas como Ronaldo, Pelé, entre outros.

⁵⁸ Devido à visibilidade internacional do programa “Segundo Tempo” e à realização dos dois maiores megaeventos esportivos no Brasil nos próximos anos, o Escritório da Organização das Nações Unidas para o Esporte como promoção do Desenvolvimento e da Paz (UNOSDP) manifestou desejo de trabalhar com o Governo brasileiro para implementar programas sócio esportivos em demais países, especialmente na África. (RESENDE, 2010, p.39).

nítida e prática, a Figura 5 aponta os países onde o Brasil possui interesse em cooperação técnica esportiva – onde o país é majoritariamente doador de ajuda por meio de programas sociais e doação de materiais para países em desenvolvimento; e os países nos quais o Brasil possui interesse em cooperação em matéria dos megaeventos esportivos – onde se busca o intercâmbio de informações para realização destes eventos.

Figura 5 – Divisão dos atos em cooperação desportiva brasileira por interesse



Fonte: Formulação própria com base nos documentos fornecidos pelo banco de dados sistema consular integrado de atos internacionais do Itamaraty (2016).

Através da Figura 5, nota-se que os países com os quais o Brasil busca cooperação esportiva para realização de megaeventos esportivos estão localizados na América de Norte e Europa, além da Austrália na Oceania. Já os países que o Brasil visa manter boas relações, ao promover a paz e inclusão social através do esporte, além do interesse por serem potenciais mercados, estão localizados na África, Ásia, América do Sul e Central.⁵⁹

Através dos atos internacionais em cooperação desportiva, vimos que o tema do esporte ganhou uma presença cada vez mais substantiva no Governo Lula, principalmente no estabelecimento de parcerias com países em desenvolvimento. Desta maneira, esporte pode oferecer para a política externa brasileira subsídios para a prestação de cooperação técnica

⁵⁹ Propositamente a África do Sul está inserida nos dois grupos, já que dois atos firmados (2009) entre os países possuem disposições para a cooperação nas áreas de desenvolvimento técnico, luta contra o doping, inclusão social, entre outras, bem como a cooperação através do intercâmbio de informações e experiências sobre a preparação e a organização de megaeventos, visto a realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA de 2010 na África do Sul e a seguinte, realizada no Brasil (2014), além das Olimpíadas e Paraolimpíadas (2016).

esportiva, promoção de paz e cultura, inclusão social, assertividade de interesses e prestígio internacional.

Portanto, através de uma comunicação social e de uma divulgação institucional proporcionadas pela utilização da vantagem esportiva comparativa, pode representar a afirmação de uma notoriamente da imagem do Brasil no contexto internacional (VASCONCELLOS, 2011).

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos neste capítulo que a política externa durante o Governo Lula tinha como objetivo principal o maior equilíbrio na sociedade internacional, buscando um multilateralismo participativo e mitigando a vulnerabilidade externa proporcionada pela unipolaridade norte-americana. Para atingir tal objetivo, buscou-se uma ativa participação nos fóruns internacionais e em diferentes áreas, almejando um protagonismo no jogo internacional. Para tal, alguns instrumentos foram utilizados, como a aproximação com países regionais, buscando também a CSS, além do ativismo diplomático do presidente.

Dentre as diversas novas áreas de atuação da política externa durante o Governo Lula, o esporte foi utilizado como uma ferramenta diplomática, materializada no âmbito da chamada “diplomacia da bola”. Neste sentido, utilizaram-se dois principais mecanismos para conquistar espaço no sistema internacional através do esporte.

Primeiramente, as oportunidades proporcionadas pela organização de megaeventos esportivos no país. Desta maneira, o país foi candidato e conquistou a realização dos dois maiores jogos esportivo da atualidade, a Copa do Mundo de Futebol FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016), com uma estratégia voltada para elevar a reputação internacional do país e trazer ganhos, tanto em termos de negócios, quanto em termos de imagem (PAULINO, 2015).

Não menos importante, o governo brasileiro utilizou da cooperação desportiva, promovendo acordos bilaterais que possam resultar em benefícios para o esporte nacional, aproximação com países em desenvolvimento, bem como contribuir na organização dos megaeventos esportivos citados anteriormente.

Neste sentido, foi apresentada uma sistematização dos atos brasileiros em cooperação desportiva. Através desta, constatou-se uma intensificação de atos nesta área nos anos do Governo Lula. Além disto, os atos foram majoritariamente firmados com países em desenvolvimento, principalmente do continente africano, visando o desenvolvimento social, cultural, promoção da paz e estreitamento de relações com estes países. Ainda que em menor

número, os atos firmados com países desenvolvidos também foram importantes e basearam no interesse brasileiro na realização dos megaeventos esportivos.

As medidas da política externa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como o reconhecimento do novo papel do país no mundo, foram fatores chave para o desenvolvimento destas políticas. A utilização do esporte na política externa, através dos megaeventos esportivos e a cooperação desportiva, tratam de uma grande oportunidade para o país em termos de desenvolvimento e projeção internacional.

CONCLUSÃO

Com o passar dos tempos, o esporte adquiriu uma relevância cada vez maior na sociedade, por vezes sendo reflexo das políticas e relações humanas, por outras influenciando estas. A prática esportiva, em primeiro lugar, representa o lazer, um espetáculo para massas, um importante fenômeno social e cultural. A retomada dos Jogos Olímpicos na idade moderna (1896) e o grande esforço do Comitê Olímpico Internacional, em especial da figura do Barão de Coubertin, para tornar as Olimpíadas um fenômeno de escala global, impulsionaram o esporte para um lugar cada vez mais presente na sociedade. A evolução tecnológica dos meios de comunicação e transportes também foram elementos essenciais para o processo de promoção do esporte em escala mundial. Foi apenas no pós-Primeira Guerra Mundial que o esporte passou a internacionalizar-se, ocorrendo uma elevação no nível de interesse pelo esporte e, conseqüentemente, um aumento de sua ligação com as relações internacionais, na medida em que os chefes de Estado perceberam a potencialidade de expressarem ideologias através do esporte. Com o passar dos anos, além do aspecto político, a internacionalização do esporte passou representar grande relevância na dimensão econômica e de projeção internacional dos países.

Vimos que o tema proposto está interligado com alguns conceitos teóricos, os quais foram abordados no primeiro capítulo, servindo como base para o entendimento dos assuntos tratados nas seções seguintes do texto. Dentre eles, tratamos da diplomacia, do *soft power*, e da cooperação técnica para o desenvolvimento.

Ao abordamos a diplomacia, consideramos seus conceitos e aspectos históricos, para chegarmos na atual conjuntura, na qual há uma tendência a difusão de atores, funções e abrangência de áreas temáticas. Neste contexto, o esporte vem se tornando cada vez mais um instrumento para a diplomacia, o número e a diversidade de atores envolvidos na diplomacia esportiva coaduna com esta descentralização da diplomacia identificada no capítulo teórico, além disto, se apresenta como uma nova área e compartilha funções diplomáticas com outros ministérios, como no estudo foi apontado o papel do Ministério do Esporte como um meio auxiliar de se alcançar os objetivos da política externa de um país. Vimos que a diplomacia é construída através de fundamentações e práticas antigas, e está ligada à resolução pacífica de conflitos, bem como à aproximação entre Estados. A diplomacia tradicional tem passado por uma transformação muito expressiva, decorrente da globalização e revolução nas comunicações da maior demanda por transparência na diplomacia. Atualmente a diplomacia está cada vez mais baseada em um número muito maior de atores, como da sociedade civil e

ONGs, uma estrutura mais horizontal, uma comunicação oral mais significativa, além da maior transparência. Com esta nova estruturação, o esporte passou a ser utilizado como uma ferramenta da diplomacia, trazendo novas formas de lidar no contexto internacional.

Por representar valores positivos, uma capacidade de atrair mentes e corações, além da grande visibilidade que os megaeventos esportivos podem proporcionar aos países anfitriões, o esporte pode representar uma fonte de *soft power*. Este termo foi cunhado em meados da década de 1980 por Joseph Nye, onde o autor propôs o exercício do poder como a busca pela cooptação, sem o uso da força, ou poder militar. O *soft power* torna-se cada vez mais importante e é usado estrategicamente em muitos países. Em comparação ao tradicional *hard power*, no que diz respeito à natureza do comportamento, o *soft power* está ligado ao poder de cooptação, enquanto o *hard power* é associado ao poder de comando, quanto aos recursos, o *hard power* utiliza de meios materiais, como força, sanções, subornos etc.; já o *soft power* utiliza de recursos não materiais, através de instituições, valores, cultura etc. Como o uso do poder pela intimidação não tem sido incentivado, até mesmo impedido ao nível da cultura política nacional e pelas normas e regras internacionais, os governos passam a utilizar cada vez mais o *soft power* para conseguir o que querem. Portanto, o poder brando é um componente muito útil para a política externa de um país. Ele pode ser usado em áreas e níveis diferentes na diplomacia, sendo a cooperação para o desenvolvimento uma forma utilizada como fonte de poder brando.

Na apresentação da cooperação técnica para o desenvolvimento, foram abordados conceitos e as motivações e propósitos para cooperação para o desenvolvimento. No que diz respeito às motivações e propósitos, é um trabalho árduo decifrar o engajamento na cooperação para o desenvolvimento, pois são de extrema complexidade, dependem de diversos elementos, variam com o tempo, de país para país, dependem da conjuntura do momento e em de quais atores estão envolvidos. Neste sentido, existem motivos declarados e encobertos. Os primeiros dizem respeito aos motivos éticos e humanitários, enquanto os outros nem sempre são admitidos, e tratam, por exemplo, de interesses políticos e econômicos. Na conceituação de Lancaster (2007) os propósitos abordados são: de desenvolvimento, o diplomático, o comercial, humanitário e cultural. Os três primeiros podem ser identificados no caso brasileiro ao prestar cooperação técnica na área desportiva, pois se falou em cooperação para o progresso social e econômico, bem como a redução na pobreza; envolve os objetivos da política externa, na manutenção das relações entre os governos; e ainda que objetivo encoberto, podemos afirmar a busca por mercado para exportações do país.

O segundo capítulo teve como objetivo demonstrar através de casos concretos as interfaces entre o esporte e as relações internacionais, conversando de forma prática, através de exemplos, os conceitos teóricos trazidos no primeiro capítulo. Neste sentido, percebeu-se que a internacionalização do esporte elevou o nível de interesse da sociedade por este, e conseqüentemente, os chefes de Estado perceberam a potencialidade que o esporte possui na dimensão política, o que gerou a intensificação de sua relação com as relações internacionais. Concluimos que através do esporte os países podem expressar suas ideologias, ora sendo um catalisador para boas relações com outras nações, e de identidade nacional, como um exemplo: a importante alteração da geopolítica internacional do século XX foi a reaproximação entre a China e os Estados Unidos, a qual teve início com um jogo de tênis de mesa, sendo conhecida como a "Diplomacia do Ping-Pong"; ou o inverso, expressando as diferenças entre os países, como na disputa entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética, os quais possuem um histórico de uso governamental e manipulação do esporte para usos diplomáticos, onde ambos utilizaram do esporte como ferramenta na rivalidade ideológica, disputando em campo esportivo como meio de atrair países para os respectivos campos, bem como fortalecer vínculos com seus aliados.

A partir do século XXI, tal aspecto político de rivalidade-aproximação através do esporte passou a perder força, e o esporte foi utilizado de diferentes formas da diplomacia dos Estados, quando se percebeu que o esporte podia gerar benefícios econômicos, bem como uma forma de projeção internacional aos países. Considerado como uma ferramenta de *soft power*, o esporte materializa-se por meio da cooperação esportiva nas áreas de capacitação técnica e de difusão de programas sociais; da organização e realização de megaeventos esportivos internacionais, tais quais Olimpíadas e Copa do Mundo de Futebol FIFA; parcerias com organizações internacionais para promoção do esporte; no apelo social da importância do esporte na sociedade. Em outras palavras, através do esporte é possível transmitir e projetar uma imagem positiva e assertiva de um país no âmbito internacional, pois atrai o foco da mídia internacional e conseqüentemente resulta em visibilidade mundial.

Pôde-se perceber o papel atribuído aos megaeventos esportivos na geração de oportunidades econômicas e projeção internacional para os países. Como uma grande vitrine, nos quais os olhos do mundo todo se voltam para assisti-las e, deste modo, para os locais que sediam estes eventos, os megaeventos esportivos fizeram com que a disputa pela oportunidade de organizar/sediar os Jogos se tornassem um episódio cada vez mais competitivo. A visibilidade mundial se torna um enorme atrativo comercial, fazendo com que patrocinadores paguem fortunas para agregar suas marcas aos eventos, bem como a mídia internacional na

busca pela exclusividade de transmissão. Ressalta-se que estes eventos também influenciam cada vez mais as relações internacionais, ao envolver diversos atores que não do meio político, como: times, atletas, torcedores, países, federações, confederações, empresas privadas, organizações não governamentais como a FIFA, a WADA e o COI.

Os benefícios do uso do esporte na diplomacia também foram percebidos no Brasil, e este foi visivelmente utilizado durante o governo de Lula da Silva para efetivação da política externa. Vimos que o exercício da política externa baseou-se na premissa de defesa dos interesses brasileiros no sistema internacional de forma mais assertiva. Neste sentido, a política externa durante o governo Lula tinha como objetivo principal o maior equilíbrio na sociedade internacional, buscando um multilateralismo participativo, fugindo da vulnerabilidade externa proporcionada pela unipolaridade norte-americana. Para atingir tal objetivo, buscou-se uma ativa participação nos fóruns internacionais e em diferentes áreas, e alguns instrumentos foram utilizados, como a aproximação com países regionais, buscando também a CSS, além do ativismo diplomático do presidente.

Neste contexto, o esporte também ganhou papel importante para a efetivação da política externa brasileira. Conclui-se que foram utilizados dois principais mecanismos para conquistar espaço no sistema internacional através do esporte. Primeiramente, as oportunidades proporcionadas pela organização de megaeventos esportivos no país. Desta maneira, o país foi candidato e conquistou a realização dos dois maiores jogos esportivo da atualidade: a Copa do Mundo de Futebol FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016). A escolha do Brasil como sede destes no curto espaço de dois anos mostra o prestígio, confiança e respeito adquiridos pelo país frente à comunidade internacional, pelos organizadores dos dois eventos. Com uma estratégia adequada pode-se elevar a reputação internacional do país e trazer ganhos, tanto em termos de negócios, quanto em termos de imagem. E não menos importante, o governo brasileiro utilizou da cooperação desportiva, promovendo acordos bilaterais que possam resultar em benefícios para o esporte nacional, aproximação com países em desenvolvimento, bem como contribuir na organização dos megaeventos esportivos citados anteriormente.

Através da sistematização dos atos brasileiros em cooperação desportiva constatou-se uma intensificação de atos nesta área nos anos do Governo Lula, comprovando a importância dada a este tema durante este governo. Além disto, os atos foram majoritariamente firmados com países em desenvolvimento, principalmente do continente africano, visando o desenvolvimento social, cultural, promoção da paz e estreitamento de relações com estes países. Ainda que em menor número, os atos firmados com países desenvolvidos também

foram importantes e basearam no interesse brasileiro na realização dos megaeventos esportivos.

A temática apresentada neste trabalho ainda não possui grande relevância nos debates acadêmicos. Apesar de recentes trabalhos que tratam da relação entre o esporte e relações internacionais, ainda não foi feita uma abordagem específica do caso brasileiro. Desta forma, o presente trabalho buscou trazer uma abordagem mais aprofundada, ainda que descritiva, ao entender como a diplomacia esportiva foi utilizada durante o Governo Lula. Assim, o trabalho pode trazer insumos para posteriores estudos analíticos, além de enriquecer o debate acadêmico sobre o tema.

Não foi objetivo deste estudo avaliar a diplomacia esportiva utilizada pelo Governo Lula. Portanto, não foram apresentados resultados desta política, que pode ser objeto de futuros estudos. Desta forma, trouxemos apenas uma análise descritiva, apontando os mecanismos utilizados e os atores envolvidos, além da sistematização dos acordos em cooperação desportiva que foram úteis para apresentarmos dados mostrassem a “diplomacia da bola” na prática.

Outras sugestões para estudos futuros são: comparar a diplomacia esportiva praticada durante o governo Lula com outros períodos em que o Brasil sediou eventos esportivos, o que demandará pesquisas nos arquivos do Itamaraty; compara o caso brasileiro com outros países em desenvolvimento, como a África do Sul, e também com países desenvolvidos, a fim de verificar se há particularidades da diplomacia esportiva dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos; verificar outras modalidades da Cooperação Sul-Sul, como a cooperação financeira e multilateral, e como elas podem ter incidido na diplomacia esportiva no caso brasileiro; analisar o papel do presidente da República na diplomacia esportiva e a relação com eventuais rupturas da diplomacia esportiva no Brasil após o fim do Governo Lula.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , n. 20, p. 87-102, Junho, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000100008>.

_____. Uma nova 'arquitetura' diplomática? - Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006). *Rev. bras. polít. int.*, Brasília , v. 49, n. 1, p. 95-116, Junho, 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292006000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set 2016.

_____. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília , v. 47, n. 1, p. 162-184, Junho, 2004 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292004000100008>.

BARNABÉ, Israel Roberto. O Itamaraty e a Diplomacia presidencial nos Governos FHC e Lula. **Revista de Estudos Internacionais**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p.29-45, fev. 2010. Disponível em:
<<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/22>>. Acesso em: 02 set. 2016.

BEACOM, Aaron. A changing discourse?: British diplomacy and the Olympic movement. In: LEVERMORE, Roger; BUDD, Adrian. **Sport and international relations: An Emerging Relationship**. [S.l]: Taylor & Francis, 2004. p. 93-111.
BERTERO, Carlos O.. Editorial: A Panacéia da ajuda externa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 7, n. 25, out. 1967. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae/vol7-num25-1967>>. Acesso em: 8 out. 2016.

BLACK, David; PEACOCK, Byron. Sport and Diplomacy. In: COOPER, Andrew F.; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh (Ed.). **The Oxford Handbook of Modern Diplomacy**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 1-13. Disponível em:
<<http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199588862.001.0001/oxfordhb-9780199588862>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discursos Selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 80 p. Disponível em:
<http://funag.gov.br/loja/download/505-discursos_selecionados_lula.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. **Atos internacionais prática diplomática brasileira: manual de procedimentos**. Brasília: 2008. 18 p. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/manual-de-procedimentos/manual-de-procedimentos-pratica-diplomatica/view>>. Acesso em: 13 set. 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Curso Internacional para Treinadores de Futebol**. 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2613-curso-internacional-para-treinadores-de-futebol>>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Presidente da República Federativa do Brasil: Entrevistas**. 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-entrevistas>>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Sistema Consular Integrado de Atos Internacionais do Itamaraty**. 2016. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Embaixada do Brasil em Gaborne. 2016. **[Http://gaborone.itamaraty.gov.br/pt-br/relacoes_brasil-botsuana.xml](http://gaborone.itamaraty.gov.br/pt-br/relacoes_brasil-botsuana.xml)**. Disponível em: <http://gaborone.itamaraty.gov.br/pt-br/relacoes_brasil-botsuana.xml>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Cooperação esportiva**. 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3688-cooperacao-esportiva>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. Ministério do esporte. **Brasil e Angola assinam acordo para beneficiar mais de 150 mil africanos**. 2005. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/41400-brasil-e-angola-assinam-acordo-para-beneficiar-mais-de-150-mil-africanos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Ministério do Esporte. **Edição no Brasil dos Jogos da CPLP terá participação inédita da delegação do Timor Leste**. 2008. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/39489-edicao-no-brasil-dos-jogos-da-cplp-tera-participacao-inedita-da-delegacao-do-timor-leste>>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. Ministério do Esporte. **Histórico**. 2016. Disponível em:
<<http://portal.esporte.gov.br/institucional/historico.jsp>>. Acesso em: 01 out. 2016.

_____. Ministério do Esporte. **Pintando a Liberdade**. 2016. Disponível em:
<<http://www2.esporte.gov.br/pintando/>>. Acesso em: 08 set. 2016.

_____. Ministério do Esporte. **Segundo Tempo**. 2016. Disponível em:
<<http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/>>. Acesso em: 08 set. 2016.

_____. Portal Brasil. **ESPECIAL: Da Grécia Antiga à Era Moderna: conheça a história dos Jogos Olímpicos**. 2014. Disponível em:
<<http://www.brasil.gov.br/esporte/2014/07/especial-da-grecia-antiga-para-a-era-moderna-conheca-a-historia-dos-jogos-olimpicos>>. Acesso em: 02 out. 2016.

BREUNING, Marijke. Foreign Aid, Development Assistance, or Development Cooperation: What's in a Name?. **International Politics**, [S.l.], v. 39, n. 1, p.369-377, jul. 2002. Disponível em:
<https://www.academia.edu/4949264/Foreign_Aid_Development_Assistance_or_Development_Cooperation_Whats_in_a_Name>. Acesso em: 26 set. 2016.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; Imprensa Oficial de São Paulo: 2002.

CANAES, Sérgio Luiz; ÁLVAREZ, Vera Cintia. O Itamaraty e os Jogos Rio 2016. **Cadernos de Política Exterior**, Brasília, v. 2, n. 3, p.11-26, jul. 2016. Disponível em:
<http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/3.02_Rio2016.pdf>. Acesso em: 02 set. 2016.

CERVO, Amado Luiz. Os objetivos da Política Exterior de Lula. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S.l.], v. 5, n. 47, p. 2-5, Agosto. 2011. ISSN 1518-1219. Disponível em:
<<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4225>>. Acesso em: 08 set. 2016. doi:
<http://dx.doi.org/10.20889/4225>.

_____. Editorial - a política exterior: de Cardoso a Lula. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 46, n. 1, p. 5-11, Junho, 2003. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 set. 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292003000100001>.

_____. **Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008. 297 p.

_____. Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 37, n. 1, p.37-63, jan. 1994.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHA, Victor. Role of Sport in International Relations: National Rebirth and Renewal. **Asian Economic Policy Review**, [S.l.], v. 11, n. 1, p.139-155, jan. 2016. Wiley-Blackwell. <http://dx.doi.org/10.1111/aepr.12127>. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/aepr.2016.11.issue-1/issuetoc>. Acesso em: 19 ago. 2016.

CHANGHE, Su. Soft Power. In: COOPER, Andrew F.; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh (Ed.). **The Oxford Handbook of Modern Diplomacy**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 1-11. Disponível em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199588862.001.0001/oxfordhb-9780199588862>. Acesso em: 10 out. 2016.

COHEN, Raymond. **Putting Diplomatic Studies on the Map**. Diplomatic Studies Program Newsletter. Leicester: Centre for the Study of Diplomacy, 1998.

COI. **The organisation**. Disponível em: <https://www.olympic.org/about-ioc-institution>. Acesso em: 25 ago. 2016.

COOPER, Andrew F.; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh. Introduction: The Challenges of 21st-Century Diplomacy. In: COOPER, Andrew F.; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh (Ed.). **The Oxford Handbook of Modern Diplomacy**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 1-23. Disponível em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199588862.001.0001/oxfordhb-9780199588862>. Acesso em: 11 jul. 2016.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. A cooperação internacional para o desenvolvimento como uma expressão específica da cooperação internacional: um levantamento teórico. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p.115-128, dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/374/212>. Acesso em: 28 set. 2016.

FERREIRA, Marcos Alan S. V.. Definições conceituais para o entendimento de Política Externa: o poder duro (hard power) e o poder brando (soft power). **Mundorama**, [S.l.]. Outubro, 2016. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2016/10/03/definicoes->

conceituais-para-o-entendimento-de-politica-externa-o-poder-duro-hard-power-e-o-poder-brando-soft-power-por-marcos-alan-s-v-ferreira/>. Acesso em: 13 out. 2016.

FIGUEIRA, Ariane C. Roder. **Processo Decisório em Política Externa no Brasil**. 2009. 251 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciência Política, Ciência Política, Usp, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-01122009-122258/pt-br.php>>. Acesso em: 03 set. 2016.

GUTERMAN, Marcos. Médicos e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História PUC-SP, São Paulo, v. 09, n. 1, p.267-279, dez. 2004. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9958/7397>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

HILL, Christopher. **The Changing Politics of Foreign Policy**. Palgrave Macmillan, 2003. p. 138 – 143.

HOLSTI, K. J. **Taming the sovereigns**: Institutional change in international politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 178 – 210.

HOULIHAN, Barrie. Building an international regime to combat doping in sport: British diplomacy and the Olympic movement. In: LEVERMORE, Roger; BUDD, Adrian. **Sport and international relations: An Emerging Relationship**. [S.l]: Taylor & Francis, 2004. p. 62-76.

IGLESIAS PUENTE, Carlos Alfonso. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa**: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005. Brasília: Funag, 2010. 340 p. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0715.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

KOBIERECKI, Michał Marcin. Sport in international relations expectations, possibilities and effects. **International Studies Interdisciplinary Political And Cultural Journal**, [S.l], v. 15, n. 1, p.49-74, jan. 2013. Disponível em: <<http://repozytorium.uni.lodz.pl:8080/xmlui/handle/11089/17581?locale-attribute=en>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

KRÜGER, Arnd. The unfinished symphony: a history of the Olympic Games from Coubertin to Samaranch. In: RIORDAN, James; KRÜGER, Arnd (Ed.). **The International Politics of Sport in the Twentieth Century**. [S.l]: Taylor & Francis, 2004. p. 3-27.

LANCASTER, Carol. **Foreign Aid: Diplomacy, Development, Domestic Politics**. Chicago And London: The University Of Chigago Press, 2007.

LAVERTY, Alexander. **Sports Diplomacy and Apartheid South Africa**. The African File: 2010. Disponível em: <<https://theafricanfile.com/politicshistory/sports-diplomacy-and-apartheid-south-africa/>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

LEITE, Iara Costa et al. **Brazil's Engagement in International Development Cooperation: The State of the Debate**. [S.l]: Institute Of Development Studies, 2014. Disponível em: <<http://www.ids.ac.uk/publication/brazil-s-engagement-in-international-development-cooperation-the-state-of-the-debate>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

LEITE, Iara Costa. A Trajetória do Envolvimento do Brasil na Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento: Atores, instrumentos e estratégias (1950 - 2010). In: LECHINI, Gladys; GIACCAGLIA, Clarisa (Ed.). **Poderes Emergentes y Coperacion Sur-Sur: Pervpectiva desde el Sur Global**. Rosário: Unr, 2016. p. 50-69. Disponível em: <<http://www.cerir.com.ar/noticia.php?id=0000241>>. Acesso em: 27 out. 2016.

_____. **O envolvimento da EMBRAPA e do SENAI na Cooperação Sul-Sul: da indicação à busca pela retroalimentação**. 2013. 381 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_e113055a95551d36a920019eb35b2a3c>. Acesso em: 28 set. 2016.

LEITE, Patricia Soares. **O Brasil e Cooperação Sul-Sul em Três Momentos de Política Externa: Os Governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Funag, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/842-Brasil_e_a_Cooperacao_Sul-Sul_em_tres_momentos_de_Polltica_Externa_O.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 24-59, Junho, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 set. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292005000100002>.

MILANI, Carlos. Brazil's South-South Co-operation Strategies: From Foreign Policy to Public Policy. South African Institute Of International Affairs, Johannesburg, v. 1, n. 170, p.1-16, Março 2014. Disponível em: <<http://www.saiia.org.za/occasional-papers/487-brazil-s-south-south-co-operation-strategies-from-foreign-policy-to-public-policy/file>>. Acesso em: 25 out. 2016.

MONTEIRO, Adalberto. Editorial. **Princípios**, São Paulo, v. 1, n. 127, p.1-2, nov. 2013. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/n/images/2013/127_Out-Nov/PDF/Principios127.pdf>. Acesso em: 03 set. 2016.

MORGENTHAU, Hans. A Political Theory of Foreign Aid. **Am Polit Sci Rev**, [S.l.], v. 56, n. 02, p.301-309, jun. 1962. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.2307/1952366>. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1952366>>. Acesso em: 09 out. 2016.

MURRAY, Stuart. Sports-Diplomacy: a hybrid of two halves. **Diplomacy & Statecraft**. [S.l.], p. 576-592. Agosto 2012. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09592296.2012.706544>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

NYE JR., Joseph S.. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: Unesp, 2002. 296 p.

_____. **Soft Power: The MEANS TO SUCCESS IN 'WORLD POLITICS**. Nova Iorque: Public Affairs, 2004. 192 p.

_____. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá, 2012. 333 p.

OCDE. **What we do and how**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/about/whatwedoandhow/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

PAULINO, Luis Antonio. Megaeventos Esportivos e Diplomacia Pública. **Princípios**, São Paulo, v. 1, n. 127, p.24-29, nov. 2013. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/n/images/2013/127_Out-Nov/PDF/Principios127.pdf>. Acesso em: 03 set. 2016.

_____. Esportes, Megaeventos Esportivos e Relações Internacionais. **Brazilian Journal Of International Relations**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 21-37, 30 abr. 2015. Brazilian Journal of International Relations. <http://dx.doi.org/10.20424/2237-7743/bjir.v4n1p21-37>. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/5000>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

PINHEIRO, Letícia; LIMA, Maria Regian Soares de; HIRST, Mónica. A Política Externa Brasileira em Tempos de Novos Horizontes e Desafios. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, p.22-41, dez. 2010. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/a-politica-externa-brasileira-em-tempos-de-novos-horizontes-e-desafios/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

REIN, Irving; SHIELDS, Ben. Place branding sports: Strategies for differentiating emerging, transitional, negatively viewed and newly industrialised nations. **Place Brand Public Diplomacy**, [S.l.], v. 3, n. 1, p.73-85, jan. 2007. Springer Nature. <http://dx.doi.org/10.1057/palgrave.pb.6000049>. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1057/palgrave.pb.6000049>>. Acesso em: 17 set. 2016.

RESENDE, Carlos Augusto Rollemberg de. O Esporte na Política Externa do Governo Lula: O importante é competir?. **Meridiano 47**, Brasília, v. 11, n. 122, p.35-41, dez. 2010. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/1595>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

RIORDAN, James; ARNAUD, Pierre. **Sport and International Politics: The impact of fascism and communism on sport**. [S.l]: Taylor & Francis, 2003. 240 p.

SARAIVA, Mirian Gomes. A Diplomacia Brasileira e as Visões sobre a Inserção Externa do Brasil: Institucionalistas Pragmáticos x Autonomistas. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.45-52, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SCHARENBERG, Swantje. Religion and sport. In: RIORDAN, James; KRÜGER, Arnd (Ed.). **The International Politics of Sport in the Twentieth Century**. [S.l]: Taylor & Francis, 2004. p. 90-104.

SENHORAS, Elói Martins. Esporte, relações internacionais e a diplomacia esportiva brasileira. **Mundorama. Brasília**, v. 82, jun. 2014. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2014/06/30/esporte-relacoes-internacionais-e-a-diplomacia-esportiva-brasilera-por-eloi-martins-senhoras/>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. p. 31-42.

SOUZA NETO, D. M. de. (2011). A política externa brasileira nos oito anos do governo lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo. In: PAULA, M. de (org). « Nunca antes na história desse país »...? Um balanço das políticas do governo Lula. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. Disponível em: <http://www.boell-latinoamerica.org/web/11-1051.html>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

SUPPO, Hugo. Reflexões sobre o Lugar do Esporte nas Relações Internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p.397-433, jul/dez 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000200002>. Acesso em: 14 abr. 2016.

UNDP. **South-south cooperation**. [s.d] Disponível em :
<http://ssc.undp.org/content/dam/ssc/documents/exhibition_triangular/SSCExPoster1.pdf>.
Acesso em: 10 out. 2016.

VAREJÃO, Flávia Borges. **Esporte e Relações Internacionais: análise da não-adesão do Brasil aos boicotes aos Jogos Olímpicos de Moscou (1980) e Los Angeles (1984)**.
Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Niterói: UFF, 2006.

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley de. **Esporte, poder e relações internacionais**. Brasília: Funag, 2011. 268 p. Disponível em:
<<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/534.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto int.*, Rio de Janeiro , v. 29, n. 2, p. 273-335, Dec. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292007000200002>.

VILLANO, Bernardo et al. Seminário Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos: Ponto de Convergência. In: RODRIGUES, Regiane Penna et al (Org.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 47-50. Disponível em:
<[http://www.esporte.gov.br/arquivos/ascom/publicacoes/Legados de Megaeventos Esportivos_Portugus_e_Ingl.pdf](http://www.esporte.gov.br/arquivos/ascom/publicacoes/Legados%20de%20Megaeventos%20Esportivos_Portugus_e_Ingl.pdf)>. Acesso em: 06 set. 2016.

WHITE, J. **The politics of foreign aid**. London: Bodley Head, 1974.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Brasília: Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.